

O ESTADO DE S. PAULO

# 'Que legado deixa?', diz

18 ABR 2012

# Peluso sobre corregedora

**Ao deixar presidência do STF, ministro critica trabalho de Eliana Calmon no CNJ**

De saída da presidência do Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Cezar Peluso disse que o futuro da Corte é preocupante e que o trabalho da ministra Eliana Calmon na Corregedoria Nacional de Justiça não gerou qualquer resultado. Peluso criticou ainda a presidente Dilma Rousseff, por ter tirado do orçamento deste ano o aumento do Judiciário, e o senador Francisco Dornelles, que ele afirma estar a serviço dos bancos.

Peluso deixa a presidência do tribunal amanhã. Em entrevista ao site Consultor Jurídico, ele afirma que o futuro do Supremo é preocupante. "Há uma tendência dentro da Corte em se alinhar com opinião pública. Dependendo dos novos componentes", disse.

Marcado pelo conflito travado no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com a ministra Eliana Calmon, Peluso agora afirma que o trabalho da corregedora não produziu efeitos e diz haver suspeitas sobre a intenção dela de se candidatar. "Até agora ela não apresentou resultado concreto algum, fez várias denúncias. Ela está se perdendo no contato com a mídia e deixando de lado o foco, a procura de resultados concretos", disse ele. "No mês de setembro ela sai, retorna para o tribunal dela, que é o STJ. Que legado deixou?", questiona.

Na Corregedoria do Tribunal de Justiça de SP, Peluso afirmou que resolvia os problemas que envolviam juízes suspeitos de irregularidades sem alarde. "Chamávamos os envolvidos e abríamos o jogo: 'Temos tantas provas contra vocês e se não forem para a rua agora iremos abrir processo'. Nunca fizemos escarécú com esses casos", afirmou.

Peluso afirmou haver suspeitas de que a ministra Eliana poderia se candidatar após a passagem pelo CNJ e comparou a situação dela com a do ministro Joaquim Barbosa, relator do processo do mensalão no STF. "Isso acontece. Basta lembrar-se de quando o ministro Joaquim Barbosa acatou o recebimento da denúncia contra os envolvidos no episódio do mensalão. Foi aplaudido em um bar do Rio de Janeiro, foi lançada a candidatura dele, e ele até gostou da ideia", lembrou. "Perguntei ao presidente Sarney, ele é meu amigo, se achava que a ministra Calmon tinha intenções políticas. Ele disse: 'Se até pela cabeça do ministro Joaquim Barbosa passou isso, pode passar pela cabeça dela'. Mas ela disse que não."

**Críticas.** Na sua gestão - que começou em abril de 2010 -, Cezar Peluso não conseguiu viabilizar o reajuste dos salários do Poder Judiciário. E afirma que a

presidente Dilma Rousseff descumpriu a Constituição ao tirar do orçamento encaminhado pelo STF a previsão de aumento dos salários.

"A Presidência descumpriu a Constituição, como também descumpriu decisões do Supremo. Mandeí ofícios à presidente Dilma Rousseff citando precedentes, dizendo que o Executivo não poderia mexer na proposta orçamentária do Judiciário, que é um poder independente, quem poderia divergir era o Congresso. Ela simplesmente ignorou", disse.

O ministro Peluso também criticou o senador Francisco Dornelles (PP-RJ). Segundo ele, Dornelles foi responsável pela não aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que mudava a sistemática e acelerava a tramitação dos processos. A ideia foi combatida por advogados e criticada por alguns ministros do STF.

"A PEC só não foi votada porque o Dornelles complicou. Quem o senador Francisco Dornelles representa? Ele é do PP ou do BB, dos bancos e bancas? Estes são os grandes interessados na discussão do sistema", afirmou. "O Dornelles é senador pelo Rio de Janeiro, mas de fato representa os interesses dos bancos e representantes das grandes bancas de advocacias de Brasília. Ele travou a votação da PEC", afirmou o ministro.

# 18 ABR 2012

## O ESTADO DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

● **Conflito**

**CEZAR PELUSO, MINISTRO DO STF**

"Até agora ela (Eliana Calmon) não apresentou resultado concreto algum. Ela está se perdendo no contato com a mídia e deixando de lado o foco, a procura de resultados concretos"



**De saída.** As vésperas de deixar o cargo, Peluso diz que futuro do STF é preocupante e critica até mesmo a presidente Dilma

18 ABR 2012

O ESTADO DE S. PAULO

## Mensalão esquenta bastidores do Supremo

Um clima marcado por troças veladas de acusações e cobranças tomou conta do Supremo Tribunal Federal (STF) na trilha do julgamento do mensalão. Na semana passada, uma demonstração clara dessa crise: o ministro Ricardo Lewandowski bateu boca com Gilmar Mendes no intervalo da sessão, incomodado por ser cobrado pelo colega nas páginas dos jornais. Para evitar que a discussão se agravasse, Luiz Fux viu-se obrigado a intervir.

À espera do julgamento, parte dos ministros cobra publicamente de Lewandowski a liberação em algumas semanas do processo do mensalão. O risco, dizem, é o de que o julgamento tenha de ser adiado para 2013 se não for julgado até o fim de junho. Para esse grupo, a composição desfalcada do tribunal – Cezar Peluso se aposenta até o fim de agosto – e as eleições em outubro adiarão a conclusão do caso.

Esses ministros dizem ainda que Lewandowski, por ser revisor do processo, deveria ter começado a analisar o caso desde o fim da instrução da ação penal, quando concluída a coleta de provas, depoimentos de testemunhas e alegações finais.

De outro lado, alguns ministros dizem ser possível julgar o caso a partir de agosto, mesmo que para isso o ritmo do julgamento tenha de ser reduzido, já que seis membros do STF terão de se dividir entre a Corte e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Além disso, perguntam por que a pressa em julgar um processo específico com centenas de inquéritos e ações penais na fila.

“Esse é um processo igual aos outros”, afirma, por exemplo, o ministro Marco Aurélio Mello.

Na troca velada de suspeitas, ministros questionam a postura do próximo presidente da Corte, Carlos Ayres Britto. Três deles demonstram insatisfação com o que classificaram de interferência. Um deles diz que Britto, ao propor o julgamento no recesso de julho, quer uma sobrevida à sua curta gestão – ele se aposenta em novembro.

Outro ingrediente da discussão é o risco de prescrição dos crimes. Parte dos ministros afirma que a eventual demora de Lewandowski poderia levar à prescrição de algumas penas.

18 ABR 2012

## O ESTADO DE S. PAULO

# Defesa de magistrado invoca 'alma humana' para explicar pagamento

Sugestão faz parte de manifestação da viúva de Vianna Santos, que presidiu o TJ/SP em 2010 e recebeu R\$ 1,22 milhão

A "alma humana" poderá explicar os motivos do desembargador Antonio Carlos Vianna Santos para requerer e embolsar R\$ 914.831,51 em sua própria gestão na presidência do Tribunal de Justiça de São Paulo, em 2010. A sugestão foi dada pelo advogado Edson Sampaio, que representa Maria Luiza Viana Santos, viúva do desembargador que dirigiu a corte naquele ano — ele morreu em 26 de janeiro de 2011.

Vianna recebeu R\$ 1,2 milhão antecipadamente, ou seja, na frente de outros magistrados que também pleiteiam valores atrasados, mas enfrentam longa fila de espera. A parcela de 2010 ele não justificou.

Além do pagamento excepcional a Vianna, são alvos de procedimento administrativo outros quatro desembargadores: Roberto Vallim Bellocchi, que presidiu o TJ entre 2008 e 2009 e recebeu R\$ 1,4 milhão; Alceu Navarro (R\$ 640,3 mil), presidente do Tribunal Regional Eleitoral; Fábio Gouvêa (R\$ 713,2 mil); e Tarcísio Vianna Cotrim (R\$ 631,6 mil).

Hoje, o Órgão Especial do TJ se reúne para decidir eventual sanção aos magistrados. O núcleo duro do colegiado avalia que a verba era de fato devida, mas defende rigor na punição e invoca a Lei da Improbidade por violação aos princípios da moralidade e impessoalidade.

Parte do dinheiro que recebeu, o próprio Vianna justificou: em 2009, por exemplo, ficou com R\$ 233.584,40 para despesas com "saúde, companheira e dentista". Em 2010 ele recebeu R\$ 914.831,51, por "ordem do próprio" (Vianna), segundo consta de planilha intitulada pagamentos excepcionais, emitida pela Diretoria da Folha de Pagamentos da Magistratura do TJ.

Instada a explicar os pagamentos para o marido, Maria Luiza apresentou manifestação, subscrita por seu advogado, no dia 30 de março. Em cinco páginas, ela argumenta que os valores são relativos a "créditos devidos". Em 2007 e 2009 o dinheiro foi solicitado "em razão de sua (*de Vianna*) precariedade econômica", para "tratamento de saúde pessoal e de sua companheira", também "em razão de dívidas contraídas, por questões de saúde própria e de sua companheira", "gastos com dentista, de urgência", "gastos com saúde"; despesas médicas que tem enfrentado".

**Servidora.** Em 2010, no entanto, o desembargador não apresentou nenhum tipo de explicação. "Não há expressamente justificativa a tanto, tendo que sondar a alma humana para se saber o motivo ou a razão do pedido de antecipação do pagamento dos créditos repassados", recomenda o advogado da viúva.

O desembargador Bellocchi sustenta que "após a separação matrimonial de seu filho, que se encontrava desempregado, passou a arcar com o sustento deste e de sua neta". "Assim, o peticionário assumiu despesas de saúde e educação, entre outras, em relação ao filho e à neta." Informa que, em 2008, o filho sofreu "gra-

ve acidente motociclístico". Em 2010, diz Bellocchi, seus débitos financeiros atingiram R\$ 822,6 mil. Pediu o dinheiro "atendendo ao critério da necessidade".

Alceu Navarro argumenta "despesas médicas extraordinárias" com familiares e juntou recibos hospitalares. Destaca que presidiu a Comissão de Orçamento do TJ, mas afirma que não era ordenador de despesas e joga sobre a presidência da corte a responsabilidade pelos desembolsos. "Tornaram-se rotineiros os requerimentos efetuados por magistrados que, desejando quitar ou amortizar antigos débitos pessoais, buscavam antecipações dessa forma, sendo que tais pedidos eram atendidos costumeiramente, mas sempre por meio de decisão discricionária da presidência, sem qualquer intromissão, direta ou reflexa, da Comissão de Orçamento."

Ele atribui aos desembargadores José Roberto Bedran, ex-presidente em 2011, e Ivan Sartori, atual presidente, "adiantamentos" concedidos a uma servidora, "por doença gravíssima na família".

Eduardo Luis Sampaio da Silva  
Edson Sampaio da Silva  
Advogados

III. Já com relação aos pedidos realizados no ano de 2010, no valor de R\$914.831,51, conforme respectivos pedidos formulados, não há expressamente justificativa a tanto, tendo que sondar a alma humana para se saber o motivo ou a razão do pedido de antecipação do pagamento dos créditos repassados.

12. Tais fatos, no entanto, agravaram ainda mais a situação financeira do Peticionário, fazendo com que seus débitos atingissem, no ano de 2009, o montante de R\$ 527.044,43 (quinhentos e vinte e sete mil e quarenta e quatro reais e quarenta e três centavos) (docs. 38 e 39); e, finalmente, em 2010, chegassem a R\$ 884.642,82 (oitocentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e quarenta e dois reais e oitenta e dois centavos) (docs. 40 a 42).

São Paulo, 14 de março de 2012.

ROBERTO ANTONIO VALLIM BELLOCCHI

**Tese.** Trechos da defesa dos magistrados Vianna e Bellocchi

# 18 ABR 2012

## O ESTADO DE S. PAULO

### SÔNIA RACY

#### **Na hora do adeus**

A sessão de despedida de Carlos Ayres Britto à frente da 2ª Turma, semana passada, terminou em emoção. Depois de os ministros homenagearem o colega – que assumirá amanhã a presidência do STF –, quem pediu a palavra foi **Antonio Carlos de Almeida Castro**, advogado de **Demóstenes Torres**, que aguardava para despachar com **Lewandowski**.

Na tribuna do Supremo, Kakay recitou a poesia *Sonetilha Existencial*. E foi abraçado por um Britto emocionado.

Trecho do poema? “O homem lúcido verifica/que a existência não se estanca/põe a baba ao pé da planta/eis que a planta frutifica...”

#### **Quilombola**

Do julgamento no STF que acontece hoje – para rever decreto de **Lula** a favor dos quilombolas – participam 15 membros da sociedade civil.

Dez deles defendem a mesma tese da União.

18 ABR 2012

# O ESTADO DE S. PAULO

## Justiça manda governo de SP pagar cirurgia

Menino de 1 ano e 2 meses mora no hospital desde que nasceu porque usa um respirador artificial; agora, ele deverá receber um marca-passos

A família do menino Adley Gabriel Gomes Sales, de 1 ano e 2 meses, conseguiu na Justiça que o governo do Estado de São Paulo pague uma cirurgia para implantar um marca-passos no diafragma da criança, que tem uma doença rara e respira com ajuda de aparelhos.

O marca-passos, a cirurgia e os honorários médicos vão custar cerca de R\$ 500 mil ao Estado. A liminar determina que a cirurgia seja feita no hospital Albert Einstein - que possui equipe habilitada para isso.

Adley tem síndrome de Ondine, uma doença que o impede de respirar sozinho. Ele não recebe estímulo para que o diafragma faça os movimentos de inspirar e expirar. O marca-passos tem a função de estimular o nervo responsável pela respiração.

Por depender de respiração artificial constante, o menino mora na UTI pediátrica do Hospital Beneficência Portuguesa desde que nasceu. Seus pais o visitam de duas a três vezes por dia, já que não podem ficar no hospital em tempo integral.

Adley nunca recebeu alta porque a família não tem condições de comprar um ventilador mecânico e todos os equipamentos necessários para manter o menino em casa - e porque ele frequentemente sofre com infecções por causa da traqueostomia.

"Ele nunca foi para casa. Nunca tomou sol na rua. Comemorou o aniversário de 1 ano no hospital. É uma criança que está crescendo trancada dentro de uma UTI porque depende de um respirador artificial", diz o pai Josimar João Sales, de 23 anos.

**Justiça.** Sem perspectivas de ver o menino fora do hospital, a família entrou em contato com o cirurgião Rodrigo Sardemberg, que avaliou Adley e confirmou que o menino tem indicações para receber o aparelho.

No início de fevereiro, os pais fizeram um pedido administrativo para a Secretaria de Estado da Saúde pedindo a compra do marca-passos e a realização da cirurgia, mas até anteontem não tinham recebido resposta.

Além disso, em 16 de março, os pais procuraram o Ministério Público Estadual, que reforçou o pedido da família e deu um prazo de 30 dias para o governo se manifestar. Como ainda não houve resposta, os pais decidiram entrar na Justiça com um mandado de segurança contra o Estado.

"O governo tem 120 dias para responder pedidos administrativos, mas o caso do Adley é urgente. É uma criança que está internada em uma UTI, vítima frequente de infecções. Não dava para esperar mais", diz Frederico Damato, advogado dos pais.

Segundo Damato, o menino está ocupando um leito de UTI sem necessidade, já que com o marca-passos ele poderia ir para casa. "O SUS gastou R\$ 150 mil para mantê-lo no hospital. O aparelho custa caro, mas vai liberar um leito e reduzir os custos."

O aparelho é importado e deve demorar 15 dias para chegar ao Brasil após o pedido. O cirurgião Sardemberg acredita que, se a liminar for mantida, o menino deve ser operado na primeira quinzena de maio. "Entre quatro e seis meses depois, ele estará livre do respirador mecânico. Poderá ter uma vida normal."

**Em andamento.** Em nota, a Secretaria da Saúde informou que ainda não foi notificada da liminar e que faz esforços para atender ao pedido administrativo desde que o recebeu.

E diz que, por se tratar de um pedido de cirurgia especializada, rara e complexa, fez um mapeamento em sua rede própria e conveniada para verificar qual serviço poderia realizar o procedimento. De acordo com a nota, a pasta recebeu uma resposta favorável do Instituto do Coração (Incor) anteontem.

### • Dificuldade

#### JOSIMAR JOÃO SALES

PAI DA CRIANÇA

"Quando ele nasceu, precisou ser entubado 3 horas depois. Com 3 meses, fez traqueostomia. É difícil ver um filho assim."

18 ABR 2012

# O ESTADO DE S. PAULO

## Pai que espancou filha a chineladas é preso em MS

Agressão foi gravada em vídeo; acusado alega ter ficado nervoso após criança de 9 anos mexer em pintura da geladeira

### ***Gheisa Lessa***

O pai de uma menina de 9 anos foi preso em flagrante ontem no bairro Mario Covas, em Campo Grande (MS), após um vídeo entregue anonimamente mostrá-lo agredindo a filha a chineladas.

O homem, de 29 anos, foi preso por policiais na sexta-feira, poucas horas depois de a gravação ser entregue na Delegacia Especializada de Proteção à Criança e Adolescente (DEPCA).

“Como os vizinhos afirmaram que a agressão teria acontecido há poucas horas, a prisão foi feita em flagrante”, informou a delegada titular Regina Márcia

Rodrigues de Brito Mota.

A madrasta da menina, assim como o pai, foi indiciada ontem por lesão corporal dolosa e violência doméstica. A mulher responde em liberdade.

Em depoimento à polícia, o pai contou que ficou nervoso com a filha por ela ter estragado a pintura da geladeira da casa e as agressões eram para educá-la. A menina disse que também havia sido agredida pela madrasta naquele dia, segundo a delegada titular.

**Madrasta.** A criança morou com os pais até a separação do casal. Durante dois anos, ela ficou sob os cuidados da avó paterna. Depois, voltou a morar com o pai, que já mantinha relacionamento com a atual companheira. De acordo com a polícia, a menina, que chamava a madrasta de mãe, voltou agora para os cuidados da avó.

### **IMPRENSA**

#### **País ocupa 11º lugar em índice de impunidade**

O Comitê de Proteção aos Jornalistas (CPJ) divulgou ontem relatório anual com o índice de impunidade de crimes contra jornalistas. Na lista de 12 países onde pelo menos 5 jornalistas foram mortos (entre 2002 e 2011) e os crimes permanecem impunes, o Brasil figura em 11.º lugar, com 5 casos. Em 1.º lugar vem o Iraque (93 casos). “Ataques recentes frustraram o avanço dos esforços brasileiros no combate à impunidade”, diz o CPJ, que cita o caso de Edinaldo Filgueira, morto a tiros em Serra do Mel (RN) no ano passado.

### **NA MIRA DA LEI**

#### **Irmão de Ronaldinho é condenado à prisão**

Roberto de Assis Moreira foi condenado a cinco anos e cinco meses de prisão, em regime semiaberto, pela Justiça Federal, por lavagem de dinheiro e sonegação de impostos. Ele pode recorrer em liberdade.

18 ABR 2012

## O ESTADO DE S. PAULO

# Canibais acusados de matar mais 5 mulheres

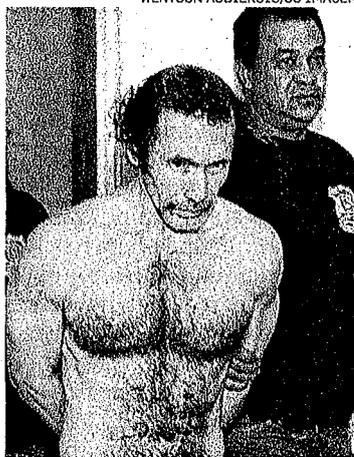
Polícia já tem o prenome das vítimas: quatro de Pernambuco e outra que teria sido assassinada na Paraíba

Angela Lacerda/RECIPE

A polícia pernambucana investiga outros cinco assassinatos que teriam sido cometidos pelo trio acusado de canibalismo preso em Garanhuns, Pernambuco. O diretor da Polícia Civil, Osvaldo Morais, afirmou que, além das duas mulheres mortas em Garanhuns e Olinda, são investigadas mais quatro mortes em Pernambuco e uma na Paraíba.

O trio é formado por Jorge Beltrão Negromonte Silveira, de 50 anos, sua mulher, Isabel Cristina Pires Silveira, de 50, e sua amante, Bruna Cristina Oliveira da Silva, de 25. Seguidores de uma seita chamada Cartel, eles comiam pedaços das vítimas para "purificação da alma". "Temos os prenomes das possíveis vítimas, todas mulheres", disse Morais. Cinco delegados trabalham no caso.

**Empadas.** Silveira e as duas mulheres atraíam as vítimas com promessas de bom salário. Elas



**Fanático.** Jorge segue seita

confessaram ter espartilhado e enterrado os corpos de Alexandra Falcão da Silva, de 20 anos, e Giselly Helena da Silva, de 31, no quintal de casa, em Garanhuns. E guardado na geladeira coxas, nádegas, panturrilha e fígado das vítimas.

Isabel, que vendia salgadinhos nas ruas da cidade, ainda disse

### • Golpes

Irmãos do acusado, Emanuel e Jeová Beltrão afirmaram à TV local que Jorge era violento e protagonizou vários golpes – um deles, o furto de R\$ 80 mil de uma poupança da mãe.

ter usado, em algumas ocasiões, carne das vítimas para rechear empadinhas.

**Criança.** A polícia ainda não localizou o corpo de Jéssica Camila da Silva Perêira, morta pelo trio em 2008. Jéssica tinha uma filha, hoje com 5 anos, que passou a ser criada por eles. Para evitar suspeitas, Bruna assumiu a identidade de Jéssica e se apresentava como mãe da menina, que também teria consumido carne humana e está sob cuidados do Conselho Tutelar.

Depois da divulgação da história, parentes de Jéssica se apresentaram à polícia e tiveram sangue coletado para exame de DNA, a fim de comprovar o parentesco.

A casa onde Jorge, Isabel e Bruna viviam foi saqueada e incendiada na semana passada – a família de Jorge teria rompido com ele depois que o faixa preta em caratê levou a amante para morar com ele e a mulher. Os presídios para onde os acusados foram levados são mantidos em segredo pela polícia, por questão de segurança.

Em 50 páginas chamadas de *Revelações de um esquizofrênico*, Silveira detalhou um dos crimes, disse ser perseguido por vozes e visões e ter obsessão por matar mulheres.

Gisele foi morta em 25 de fevereiro e Alexandra, em 12 de março. O trio foi localizado pela polícia depois de um deles usar o cartão de crédito de Alexandra.

18 ABR 2012

# GAZETA DO POVO

## 43% dos jovens internados no país são reincidentes

Falta de apoio do Estado dificulta reinserção de adolescentes, que voltam para internação após cometerem atos infracionais ainda mais graves

**PONTA GROSSA**

*Maria Gizele da Silva, da sucursal*

Uma pesquisa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) revelou que quatro em cada dez jovens infratores que cumprem medidas socioeducativas de privação de liberdade no país são reincidentes. E o ato infracional que os leva de volta ao regime fechado é ainda mais grave do que o anterior. Entre os réincidentes, o homicídio aparece em 3% dos casos de primeira internação, subindo para 10% na segunda internação.

A privação de liberdade é aplicada apenas em casos graves. Nesses casos, o adolescente tem direitos assegurados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), como estudar e receber a visita de familiares. Para o CNJ, a reincidência é resultado da falta de apoio do Estado aos jovens recém-saídos da internação.

A pesquisa "Panorama nacional: a execução das medidas socioeducativas", desenvolvida pelo programa Justiça

ao Jovem, verificou que no Brasil 80% dos estabelecimentos que atendem adolescentes em conflito com a lei não têm programas de acompanhamento aos egressos, embora isso seja determinado pelo ECA. As diferenças regionais são notórias: no Centro-Oeste, 96% das unidades são desprovidas desse atendimento e, no Sul, que apresenta o melhor índice entre as regiões, 52% dos estabelecimentos não acompanham os egressos.

O que acontece em alguns municípios é o acompanhamento do adolescente em meio aberto em cumprimento de medida de liberdade assistida ou prestação de serviços à comunidade. Em Ponta Grossa, nos Campos Gerais, dos cerca de 380 adolescentes atendidos em meio aberto, há meninos e meninas que vieram da internação. Conforme a gerente de Proteção Social Especial da prefeitura, Mônica Mongruel, o programa contempla o acompanhamento da família e a inserção do adolescente no ensino e na geração de renda. Em Curitiba, programa semelhante também é desenvolvido. Os jovens são acompanhados pelas equipes dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (Creas).

A situação é desfavorável para a ressocialização do adolescente. Para a doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) Ana Christina Brito Lopes, a solução estaria no tripé família, sociedade e poder público.

Além disso, aponta, é preciso ter acompanhamento psicológico e de inserção nos estudos do adolescente egresso da internação. "Acontece de o adolescente sair da internação em período do ano em que as aulas já começaram", atesta.

O promotor Mário Luiz Ramidoff, especialista na área de criança e adolescente, diz que para acabar com a repetição de delitos são necessárias pelo menos duas medidas: o apoio institucional do Estado às famílias que vão receber os egressos dos centros de socioeducação e atividades escolares em turno e contraturno.

Para a juíza da Vara da Infância e da Juventude de Ponta Grossa, Noeli Reback, a dependência química, detectada em 74,8% dos jovens internados, conforme o CNJ, também contribui significativamente para a reincidência.

**CONTINUA**

# GAZETA DO POVO

PERFIL

CONTINUAÇÃO

18 ABR 2012

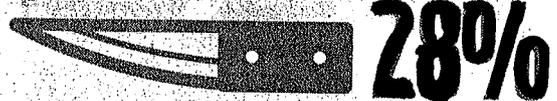
O CNJ entrevistou 1.898 adolescentes que estão internados em 320 centros de socioeducação no país.



Eles têm, em média, **16,7 anos**



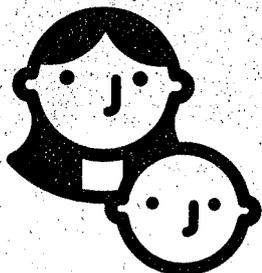
têm aulas diariamente nos centros de socioeducação.



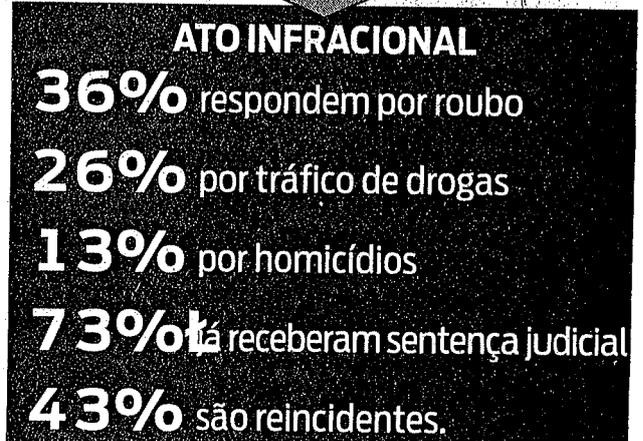
já foram agredidos dentro desses centros.



**43%** foram criados apenas pela mãe



**10%** têm filhos



Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

CONTINUA

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO 18 ABR 2012

## Mesmo internados, 75% usam drogas

O adolescente que chega a uma unidade de internação no Brasil traz na bagagem um histórico de consumo de drogas, interrupção precoce dos estudos e uma formação familiar não convencional. Segundo o estudo do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), 74,8% dos adolescentes entrevistados faziam uso de entorpecentes antes da internação; estudaram, em média, até os 14 anos de idade; e 43% foram criados apenas pela mãe.

A maconha é a droga mais consumida pelos adolescentes em 89% dos casos de dependência relatados ao CNJ, seguida pela cocaína, com 43% de incidência. O crack aparece em 21% das respostas.

Os jovens que cometeram atos infracionais sabem ler e escrever, em 91% dos casos. Mas há diferenças regionais. No Nordeste, por exemplo, 20% dos internos são analfabetos, enquanto que nas Regiões Sul e Centro-Oeste esse índice cai para 1%.

A parcela mais expressiva de adolescentes, ou seja, 21%, estudou até a 5.<sup>a</sup> série. O índice de jovens que concluiu o ensino fundamental também é baixo; varia de 8% no Centro-Oeste até 14% no Sudeste. Nos centros de socioeducação, eles têm o direito de estudar. Os estudos diários no internamento são relatados por 72,2% dos adolescentes.

Quando se remete à família, a maioria dos adolescentes autores de atos infracionais foi criada apenas pela mãe, em 43% dos casos, ou apenas pelo pai, em 4% das situações. Moraram com pai e mãe antes da internação apenas 38% dos entrevistados.

## SUGESTÕES

O relatório do CNJ sugere investimentos em nove municípios paranaenses:

### Apucarana (Norte)

A proximidade com grandes cidades favorece a formação do corredor institucional que atenderia os adolescentes infratores.

### Maringá (Norte)

Tem vara especializada, mas não possui estabelecimento de socioeducação.

### Cianorte e Goioerê (Noroeste)

Ficam em uma região que disponibiliza um terço do sistema socioeducativo estadual. Uma unidade em cada um dos municípios citados desafogaria as unidades de Umuarama e Toledo.

### Francisco Beltrão (Sudoeste)

Essa mesorregião tem apenas um centro socioeducativo. A instalação de uma unidade e a implantação de uma vara especializada atenderiam à demanda da região.

### Irati (Sudeste)

Oferece as melhores condições demográficas e geográficas para receber um estabelecimento socioeducativo. É a única região desprovida de unidade desse tipo.

### Guarapuava (Centro)

Não tem vara especializada nem centro de socioeducação, embora a região tenha um estabelecimento em Laranjeiras do Sul.

### Telêmaco Borba (Campos Gerais)

A instalação de uma unidade socioeducativa aliviaria a demanda em Ponta Grossa.

### Paranaguá (Litoral)

A microrregião formada por sete municípios não tem vara especializada nem unidade de socioeducação.

CONTINUA

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

18 ABR 2012

## CONCLUSÃO

### **Ampliar número de vagas é o desafio do Paraná, afirma CNJ**

No Paraná, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) revelou que são necessárias a construção de mais centros de socioeducação, a abertura de novas vagas nos centros já existentes e a implantação de mais varas especializadas para melhorar o atendimento ao jovem autor de ato infracional.

Hoje o estado tem 18 centros socioeducativos, com taxa de ocupação de 111%, e apenas seis varas de infância e juventude. Um dos trechos da pesquisa do CNJ é incisivo: "promover a continuidade da interiorização dos estabelecimentos e auxiliar no descongestionamento populacional dos centros socioeducativos são os principais desafios do sistema paranaense". Os três estados do Sul somam

50 centros de internamento e 21 varas especializadas. A superlotação é recorrente em 12 dos 27 estados pesquisados.

No Sul, além do Paraná, o Rio Grande do Sul também atende mais adolescentes que o planejado. Lá, a taxa de ocupação é de 108%. Porém, os maiores índices estão no Nordeste. No Ceará, que tem a pior situação do país em vagas, a taxa de ocupação é de 221%.

A Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social, que é responsável pela socioeducação, informou que o governo prevê investimentos de R\$ 43 milhões em unidades de socioeducação. Estão incluídas neste valor três novas unidades de semiliberdade (regime que não foi avaliado pelo CNJ) em Paranavaí, Umuarama e Toledo e a construção de uma unidade de internamento em São José dos Pinhais.

### **SINASE ENTRA EM VIGOR**

Começou a vigorar hoje a lei que institui o Sistema Nacional Socioeducativo (Sinase) em todo o Brasil. Sancionada em janeiro, a nova legislação obriga os municípios a elaborarem planos de atendimento socioeducativos, além de definir as responsabilidades dos gestores em relação aos adolescentes autores de atos infracionais.

É previsto, por exemplo, que os municípios coloquem em prática ações para o cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, como a prestação de serviços comunitários e a liberdade assistida. Há também previsão expressa do atendimento concomitante às famílias.

# GAZETA DO POVO

ENTRELINHAS

**Justiça no bairro**

18 ABR 2012

São José dos Pinhais recebe no sábado, das 9 às 17 horas, no Parque de São José, o projeto "Justiça no Bairro", criado pelo Tribunal de Justiça do Paraná para facilitar o acesso da população a diversos serviços jurídicos. Divórcio, pensão alimentícia, guarda e responsabilidade, registro e nascimento, reconhecimento de paternidade e maternidade, reconhecimento de união estável ou dissolução e interdição são serviços disponíveis.

A expectativa é atender 10 mil pessoas.

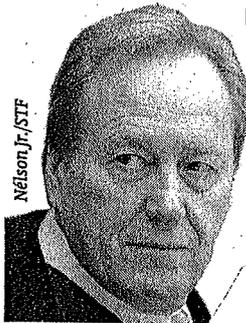
18 ABR 2012

# GAZETA DO POVO

## NOTA POLÍTICA

### Bate-boca no Supremo

**U**m clima marcado por trocas veladas de acusações e cobranças tomou conta do Supremo Tribunal Federal (STF) na trilha do julgamento do mensalão. Na semana passada, uma demonstração clara dessa crise: o ministro Ricardo Lewandowski (foto) bateu boca com o ministro Gilmar Mendes no intervalo da sessão, incomodado pela cobrança do colega, publicada pelos jornais. Para evitar que a discussão se agravasse, o ministro Luiz Fux viu-se obrigado a intervir. À espera do julgamento, parte dos ministros cobra publicamente de Lewandowski a liberação em algumas semanas do processo do mensalão. O risco, dizem, é de que o julgamento tenha de ser adiado para 2013 se não for julgado até o final de junho. Esses ministros dizem ainda que Lewandowski, por ser revisor do processo do mensalão, deveria ter começado a analisar o caso desde o fim da instrução da ação penal, quando for concluída toda a coleta de provas e depoimentos de testemunhas e alegações finais.



## BESSA

### Em Brasília

A professora curitibana Regina Macedo Nery Ferrari foi uma das palestrantes do IV Congresso Brasileiro de Direito Constitucional promovido pela Associação Brasileira de Constitucionalistas Democratas (ABCD). O evento, realizado nesta terça-feira, em Brasília, também contou com a participação dos ministros Gilmar Mendes e Carlos Ayres Brito, do STF, e do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, entre outros.

18 ABR 2012

GAZETA DO POVO

# OAB vai ao STF para reduzir comissionados na Assembleia

Para a entidade, lei que criou 1.704  
cargos em 2010 é inconstitucional

O alto número de servidores contratados sem concurso na Assembleia Legislativa do Paraná será motivo de análise pelo Supremo Tribunal Federal. A Ordem dos Advogados do Brasil decidiu questionar a constitucionalidade da lei que criou 1.704 cargos comissionados no Legislativo estadual em 2010.

**496**

são os funcionários concursados da Assembleia paranaense. Para a OAB, este deveria ser também o número máximo de comissionados, que hoje é de 1.233

18 ABR 2012

GAZETA DO POVO

# OAB vai apresentar ação contra excesso de comissionados na Assembleia

Ação questionará lei de 2010 que criou 1.704 cargos de livre nomeação no Legislativo estadual. Para a Ordem dos Advogados, a norma é inconstitucional

Sandro Moser

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) decidiu propor uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF) questionando a constitucionalidade de uma lei que criou 1.704 cargos comissionados na Assembleia Legislativa do Paraná. A ação deve ser apresentada na próxima semana. A lei questionada pela OAB foi editada em 2010 pela Assembleia, após as denúncias publicadas pela série de reportagens "Diários Secretos".

O material produzido pela *Gazeta do Povo* e a RPCTV mostrou, entre outras irregularidades, a contratação de funcionários fantasmas na Assembleia. Em alguns casos, esses servidores eram usados como "laranjas" para desvio de dinheiro público. A partir das denúncias, foi feito um recadastramento dos funcionários da Casa e editada a lei para regularizar a situação dos comissionados.

Para a OAB, no entanto, a norma não respeitou o princípio constitucional da proporcionalidade. Isso porque regularizou a diferença entre o total de efetivos e comissionados em seu quadro de funcionários (veja os números ao lado). Em decisão de 2011 sobre a Câmara de Vereadores de Blumenau (SC), o Supremo entendeu que o quadro de comissionados não pode ser superior ao de efetivos.

O presidente da seccional Paraná da OAB, José Lúcio Glomb, lembrou que a redução no número de servidores comissionados da Assembleia era uma das bandeiras do movimento "O Paraná que Queremos". Liderado pela OAB-PR, o movimento cobrava ética e transparência da administração pública. "Embora a Assembleia tenha feito uma redução, o número de cargos ainda é desproporcional", disse Glomb.

O advogado Romeu Baccellar Filho, um dos integrantes paranaenses no Conselho Federal da OAB, defende que os cargos de comissão sejam criados dentro dos limites constitucionais. "Além de desrespeitar o princípio do concurso público para ingresso na função pública, [a lei] cria uma rede de funcionários sem vocação para o serviço público e que tem vida passageira, muitas vezes na conveniência de um mandato", disse.

O presidente da OAB nacional, Ophir Cavalcanti, considerou a decisão do Conselho "histórica". Segundo ele, a medida abriu um precedente para que as seccionais de outros estados também possam contestar situações semelhantes. "Precisamos acabar com a farra dos cargos comissionados que tanto desnatura a burocracia estatal profissionalizada."

## Mal-interpretado

O Ministério Público do Paraná (MP) move um procedimento investigativo a respeito do excesso de cargos comissionados na Assembleia. Recentemente, o MP pediu para que diversas câmaras municipais do estado — inclusive a Câmara de Curitiba — reduzissem o número de cargos comissionados. A mesma iniciativa não foi tomada em relação à Assembleia.

No início deste mês, o novo procurador-geral de Justiça do Paraná, Gilberto Giacóia, disse que o MP vai apurar eventuais irregularidades na criação de cargos comissionados. Ele destacou, porém, que o tema muitas vezes é mal-interpretado. "Sou a favor dos concursos públicos, mas a realidade mostra que o cargo comissionado, se bem utilizado, pode ser um bom instrumento para a gestão eficiente", afirmou Giacóia antes de sua posse.

18 ABR 2012

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

**“Precisamos acabar com a farra dos cargos comissionados que tanto desnatura a burocracia estatal profissionalizada.”**

Ophir Cavalcante, presidente nacional da OAB.

**“Nós não estamos ocupando todos esses cargos. Prova disso são as comissões, que tinham 12 cargos e estamos usando só 2.”**

Valdir Rossoni (PSDB), presidente da Assembleia Legislativa do Paraná.

CONTINUA

**2.226**

é o total de cargos comissionados que a Assembleia Legislativa pode preencher, conforme as regras atuais a respeito do quadro de funcionários.

**1.233**

dessas vagas estão ocupadas hoje, de acordo com os dados mais recentes do Portal da Transparência.

**496**

é o número de funcionários efetivos da Assembleia.

**137**

comissionados trabalham hoje na administração da Assembleia. Esse é o argumento usado por Rossoni para dizer que não há irregularidade nas nomeações de sua gestão. Segundo ele, a maioria dos comissionados está nos gabinetes parlamentares.

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

18 ABR 2012

## Câmara aguarda fim do recadastramento para propor solução

DEFESA

Rossoni afirma que não há irregularidades no quadro de funcionários

*Euclides Lucas Garcia*

A direção da Câmara Municipal de Curitiba aguarda o fim do recadastramento dos servidores da Casa para decidir quais medidas tomará para atender à recomendação do Ministério Público, para que reduza o quadro de comissionados. A previsão é que o recadastramento acabe no dia 15 de maio. A atualização do cadastro de funcionários da Câmara Municipal de Curitiba faz parte de um pacote de medidas tomadas pelo presidente do Legislativo.

“Depois deste processo, vamos sentar com o Ministério Público e decidir que providências iremos tomar”, afirmou o presidente da Casa, o vereador João Luiz Cordeiro (PSDB). Em fevereiro, o MP recomendou à Câmara que reduzisse o número de cargos comissionados para, pelo menos, igualar o quadro ao de concursados. O MP deu um prazo de 90 dias para um posicionamento da Câmara.

A recomendação do Ministério Público, que também foi feita a outras câmaras municipais do estado, se baseia em uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). Na decisão sobre um caso de Blumenau, os ministros do Supremo entenderam que o quadro de comissionados deve ser, pelo menos, igual ao de efetivos.

O presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, Valdir Rossoni (PSDB), rebateu a decisão da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de apresentar uma Adin questionando a Lei nº 16.390, que rege a estrutura funcional do Legislativo paranaense. De acordo com o tucano, a lei foi aprovada em 2010 sem irregularidades e está sendo integralmente cumprida.

O tucano declarou que, assim que for intimada legalmente, a Assembleia vai apresentar seu posicionamento formal sobre o questionamento. Ele afirmou ainda que, depois da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), pode repensar o quadro funcional da Casa. “Podemos apresentar uma lei ‘enxutinha’, da forma que nós desejamos, fazer para a Assembleia”, projetou.

Rossoni, porém, não comentou o fato de o número total de servidores em cargo em comissão, incluindo sobretudo os gabinetes parlamentares, ser muito maior que o número de efetivos – 1.233 contra 496, mais de dois contratados por indicação política para cada concursado (veja nos números). Nas vezes em que se manifestou sobre o assunto, Rossoni sempre disse que os cargos de gabinete são de confiança dos deputados e, portanto, não haveria exigência para que sejam preenchidos por funcionários efetivos. Pela regra atual da Casa, cada gabinete pode empregar até 23 pessoas.

GAZETA DO POVO

» IRREGULARIDADES

18 ABR 2012

# MP denuncia João Cláudio Derosso por nepotismo

Esta é a terceira ação por improbidade administrativa ajuizada contra o vereador, que comandou o Legislativo municipal por quase 15 anos

O Ministério Público do Paraná (MP) ajuizou ontem uma ação civil por ato de improbidade administrativa contra o ex-presidente da Câmara de Vereadores de Curitiba João Cláudio Derosso (PSDB). Na ação também são réus a sogra, Noêmia Queiroz Gonçalves dos Santos e a cunhada do vereador, Renata Queiroz Gonçalves dos Santos. As duas foram contratadas pela Câmara Municipal no período em que Derosso era o presidente da Casa — o que configura nepotismo para o MP.

Na ação, o MP pede o ressarcimento dos cofres públicos pelos valores pagos às duas, e a perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos por um período de três a cinco anos para Derosso.

A ação argumenta que as contratações violaram o princípio da impessoalidade, pois ocorreram após a edição da Súmula Vinculante n.º 13, editada pelo Supremo Tribunal Federal em 2008, que proíbe o nepotismo na administração pública.

Ségundo a Promotoria de Proteção ao Patrimônio Público, Noêmia foi nomeada para a presidência e ficou no cargo entre maio de 2005 e dezembro de 2006. Depois disso, ela ocupou outros cargos na Diretoria de Apoio às Comissões, onde ficou até setembro de 2010.

Já Renata ficou lotada no gabinete da presidência entre janeiro e fevereiro de 2011. Depois ela foi para a consultoria das comissões, onde ficou até abril do ano passado.

No último dia 10, o MP já havia ingressado com ação de improbidade administrativa contra Derosso, o ex-vereador Ehdem Abib, e o servidor João Leal de Matos, pela contratação de cinco funcionários fantasmas. Um deles era o próprio Matos, que acumulou ilegalmente cargos na Assembleia e na Câmara de Vereadores por dez anos. O MP requereu dos três a devolução de R\$ 3,6 milhões. O ex-presidente tam-

dem é alvo de um inquérito criminal pelo mesmo motivo. Ele ainda responde a uma outra ação de improbidade por causa de supostas irregularidades na licitação de publicidade da Câmara.

## Outro lado

A reportagem procurou o vereador João Cláudio Derosso, mas ele não atendeu as chamadas telefônicas. O advogado do vereador, Figueiredo Basto, também foi procurado, mas até o fechamento desta edição ele não respondeu ao pedido de entrevista.

18 ABR 2012

# GAZETA DO POVO

## » CASO GRAVATAÍ

### Justiça pede afastamento de policiais

A Justiça do Rio Grande do Sul determinou que a Polícia Civil do Paraná afaste das funções dois delegados e um investigador do Tático Integrado de Grupos de Repressão Especial (Tigre), unidade especializada no combate a sequestros. A decisão é da juíza Eda Salete Zanatta de Miranda, da 1.ª Vara Criminal de Gravataí. Segundo a juíza, os policiais poderiam manipular as informações prestadas à Justiça sobre o caso do sequestro do agricultor Lírio Persch, que acabou morto em dezembro do ano passado. A decisão vale para os delegados Danilo Zarlenga Crispim e Renato Bastos Figueiroa; e para o investigador Fábio Lacerda Gusmão. Eles estavam no Rio Grande do Sul para investigar o sequestro de Persch e envolveram-se também na morte do sargento da Brigada Militar, Ariel da Silva. A Polícia Civil do Paraná informou que não havia sido comunicada oficialmente da decisão até às 18 horas desta terça-feira.

## JUSTIÇA

### Lei que obriga a rezar o pai-nosso em sala de aula é suspensa

O Tribunal de Justiça da Bahia suspendeu em caráter liminar (provisório) uma lei de Ilhéus, a 413 km de Salvador, que obriga os alunos das escolas municipais a rezar o pai-nosso antes das aulas. A decisão foi publicada na segunda-feira. A lei, aprovada em dezembro, começou a ser cumprida em fevereiro. A decisão da Justiça ocorreu após o Ministério Público entrar com ação contra a lei, sob o argumento de que ela é inconstitucional.

Em sua decisão, o desembargador Clésio Rosa acolheu o pedido da Promotoria e determinou a suspensão da lei. "A imposição [da oração] aparenta não apenas violação ao fixado na Carta Política Estadual, como a própria Constituição da Bahia", afirmou o magistrado. Ele lembra, porém, que aulas de religião podem ser opcionais.

"O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo."

## JUSTIÇA

### Irmão de Ronaldinho é condenado por sonegar e lavar dinheiro

O irmão e empresário de Ronaldinho Gaúcho, Roberto de Assis Moreira, foi condenado pela Justiça Federal por lavagem de dinheiro e sonegação de impostos. A sentença estabelece pena de cinco anos e cinco meses de prisão em regime semiaberto, além do pagamento de multas. A decisão é do juiz José Paulo Baltazar Junior, da 1ª Vara Federal Criminal de Porto Alegre. Mas ele ainda pode recorrer em liberdade. Para fazer a denúncia, o Ministério Público Federal entendeu que Assis contribuiu para que fossem sonegadas informações ao Banco Central sobre a transferência e o câmbio de US\$ 884 mil para dentro do país, em ao menos cinco operações entre 2003 e 2004. Além disso, o empresário manteve depósitos de US\$ 455 mil em um banco suíço sem o conhecimento da Receita Federal e ainda teria ocultado movimentações de propriedade no valor de R\$ 776.480,28, convertendo-o em ativos lícitos.

# GAZETA DO POVO

## Atuação de irmão de Demóstenes será apurada

18 ABR 2012

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) abriu ontem uma investigação para apurar as suspeitas de envolvimento do procurador-geral de Justiça de Goiás, Benedito Torres, e de outros integrantes do Ministério Público do estado com o empresário do ramo de jogos de azar Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira.

Benedito é irmão do senador Demóstenes Torres, investigado em um inquérito instaurado recentemente no Supremo Tribunal Federal (STF) para averiguar as ligações com Cachoeira. A investigação no CNMP terá o objetivo de apurar suspeitas de tráfico de influência envolvendo o empresário e membros do Ministério Público. De acordo com o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, que preside o CNMP, o próprio Benedito Torres pediu para que fossem tomadas "as providências cabíveis". O procurador goiano encaminhou documentos ao CNMP.

O corregedor nacional do Ministério Público, Jeferson Coelho, afirmou que se as suspeitas forem confirmadas poderão ficar configuradas violações a deveres funcionais. A punição mais pesada para essa falta é a demissão.

De acordo com reportagem publicada pelo jornal Correio Braziliense, Cachoeira teria pedido a Demóstenes que conversasse com seu irmão sobre uma ação judicial contra uma transportadora que estaria incomodando os seus negócios. O senador se afastou do DEM e sua conduta será avaliada pelo Conselho de Ética do Senado.

18 ABR 2012

» ESCÂNDALO **GAZETA DO POVO**  
**Sete anos foragido,  
três anos  
preso no Brasil**

Salvatore Cacciola, protagonista do maior escândalo financeiro dos anos 90, recebeu indulto e não deve mais nada à Justiça

■ O ex-banqueiro Salvatore Alberto Cacciola recebeu indulto por seus crimes contra o sistema financeiro. O perdão judicial foi assinado na segunda-feira pela juíza Roberta Barrouin Carvalho de Souza, da Vara de Execuções Penais do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

Cacciola foi condenado a 13 anos de reclusão por peculato e gestão fraudulenta de instituição financeira. Na acusação, ficou comprovado que ele se fez valer de operações ilegais de compra de dólar que resultaram em prejuízo de R\$ 1,6 bilhão ao Tesouro brasileiro durante a desvalorização do real, no início de 1999. À época, o Banco Central ajudou os bancos Marka e Fontecindam a cobrir o rombo, vendendo dólares por cotação inferior à do mercado. A alegação era de que havia "risco sistêmico" — perigo de uma quebra generalizada no sistema bancário.

Em março deste ano, a Justiça Federal condenou a BM&FBovespa, o ex-banqueiro Cacciola, o BB Banco de

Investimento e ex-diretores do BC, entre outros réus, a ressarcir o Estado em dois processos que questionam o salvamento do Banco Marka. Em valores atualizados, a causa pode chegar a R\$ 24 bilhões.

O banqueiro foi preso provisoriamente, mas em 2000 conseguiu um habeas corpus do ministro do STF Marco Aurélio Mello e viajou para a Itália. O plenário do Supremo revogou a liminar concedida, determinando uma nova prisão, mas Cacciola não retornou ao Brasil e passou a ser considerado foragido. Um pedido de extradição do ex-banqueiro foi negado pela Itália, sob o argumento de que ele possui a cidadania italiana. A Interpol o localizou e prendeu em Mônaco, em setembro de 2007. Ele foi extraditado ao Brasil em julho do ano seguinte. No país, ficou preso de fato por três anos, de meados de 2008 a agosto do ano passado, quando recebeu liberdade condicional.

Segundo a juíza, "o apenado preencheu todos os requisitos dispostos no artigo 1º, inciso III do Decreto 7648/2011, expedido pelo Presidente da República, em 21/12/2011, cabendo tão-somente ao magistrado analisar se estão preenchidos tais requisitos no caso em análise". A decisão indica que Cacciola cumpriu as exigências estabelecidas pela lei:

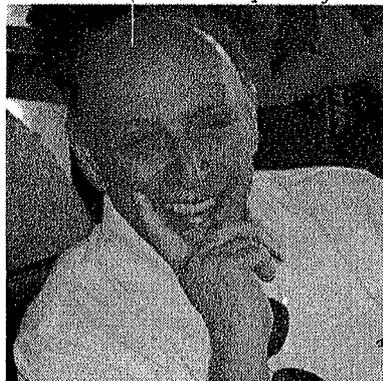
ele tem mais de 60 anos, cumpriu um terço da pena e não cometeu falta grave nos últimos 12 meses anteriores à concessão do benefício. Pelo Código Penal, o indulto é causa de extinção da punibilidade. Cacciola, portanto, zerou suas obrigações com a Justiça.

# GAZETA DO POVO

**Obituário**  
**Roberto Bacelar Portugal**

**18 ABR 2012**

**A**inda criança, Roberto Bacelar Portugal já sabia o que queria ser quando crescesse: jurista. Fascinado pelo Direito, ele foi muito influenciado pelo avô, o desembargador Clotário de Macedo Portugal – que por mais de 15 anos presidiu o Tribunal de Justiça do Paraná –, e pelo pai, o desembargador João Cid de Macedo Portugal. O amor pelo Direito era tão grande que, ainda na juventude, Bacelar dividia o tempo entre os passeios a cavalo na chácara do avô em Campo Largo, com os estudos no Colégio Estadual do Paraná e o estágio no Tribunal de Justiça, que naquela época, ficava no Palácio Garibaldi. Ele trabalhava com o desembargador Joaquim de Oliveira Sobrinho.



Roberto se formou bacharel pela Faculdade de Direito de Curitiba no ano de 1963, dois anos após se casar com Eunice. O primeiro emprego dele foi de auxiliar administrativo do Tribunal de Justiça. Em 1961, Bacelar foi aprovado no concurso para assessor jurídico do

TJ, trabalhou na Corregedoria Geral de Justiça, secretário do Tribunal de Alçada e subsecretário do Tribunal de Justiça. Além da paixão pela esposa, pelos três filhos e os netos, Portugal gostava muito de cavalos, e de montar. Ele mantinha um haras em Almirante Tamandaré, numa chácara que usava todos os domingos para reunir a família. Portugal também era apaixonado por carros, gostava de ter os modelos mais modernos, mas também apreciava as raridades e modelos clássicos e antigos. Ele gostava muito de viajar e tinha uma paixão imensa pela praia mansa de Caiobá, passava horas sentado na varanda de seu apartamento observando as paisagens.

**18 ABR 2012**

**GAZETA DO POVO**

**MISSA DE 7º DIA**

É com grande pesar que esposa  
Mariza Oliveira Fontoura e filhos, Rubens e  
Joel Oliveira Fontoura de

**OSIRIS ANTONIO JESUS FONTOURA**

convidam para a Missa de 7º Dia de seu  
falecimento a realizar-se dia 18 de Abril de  
2012 às 18:30 horas na Igreja Bom Jesus do  
Cabral, Cabral, Curitiba/PR.

18 ABR 2012

# FOLHA DE LONDRINA OAB anuncia ADI contra comissionados na AL

Curitiba - O número de funcionários comissionados que trabalham na Assembleia Legislativa (AL) do Paraná vai ser questionado no Supremo Tribunal Federal (STF), por iniciativa da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Paraná. O órgão propôs o ajuizamento de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no STF e a sugestão foi aprovada na última segunda-feira pelo Conselho Federal da OAB, por unanimidade de votos. A ADI questiona a constitucionalidade da lei estadual número 16.390/2010, que criou 1.704 cargos comissionados na AL. A ADI deve ser entregue ao STF nos próximos 30 dias.

De acordo com a OAB, não há proporcionalidade entre o total de cargos efetivos e comissionados na AL, o que não é exclusividade da Casa, repetindo-se em outras ALs e em outros poderes. Durante a discussão na OAB, o conselheiro federal da OAB pelo Paraná, Romeu Bacellar, afirmou que a contratação desregrada de servidores comissionados cria um "batalhão de neófitos que nada sabem sobre a função pública". Já o conselheiro federal René Ariel Dotti, criticou a falta de capacitação técnica que muitos dos comissionados apresentam e o fato desses cargos serem preenchidos, na maioria das vezes, tendo como base o critério do "apadrinhamento político".

Alvo será lei que criou 1.704 cargos de indicação na Casa

*ADI deve ser entregue ao STF nos próximos 30 dias*

A decisão foi considerada histórica pelo presidente nacional da instituição, Ophir Cavalcanti, para acabar com o que chamou de "farra dos cargos comissionados" e para profissionalizar a gestão. O presidente da OAB Paraná, José Lucio Glomb, disse que essa cobrança sempre foi um posicionamento da instituição. "Sempre fizemos uma campanha contra isso, na época dos cargos fantasmas e, a partir daquele momento, desejamos uma medida concreta para colaboração quanto a esse tema. É natural que venhamos a combater um número tão expressivo em cargos em comissão", defendeu Glomb. Para ele, dotar a AL de um corpo técnico altamente qualificado por meio de um concurso público poderia dar suporte a todos os deputados, retirando a característica que geralmente fica atrelada aos cargos em comissão, de apoio eleitoral. "Espero que o presi-

dente da AL, que já tomou muitas atitudes positivas, tome uma atitude nesse sentido", cobrou Glomb. Em fevereiro, Rossoni foi questionado

pela FOLHA sobre a possibilidade de se realizar concurso para a Casa e, naquela época, ainda não havia um projeto para que isso ocorresse.

O questionamento sobre os comissionados da AL pode ser o primeiro de vários que podem ocorrer nacionalmente, pois o Pleno da OAB, além de aprovar a ADI em relação ao caso do Legislativo paranaense, deixou a diretoria da OAB nacional autorizada a ajuizar novas ações em casos nos quais se constate a mesma situação. A OAB estuda, também, a possibilidade de ajuizamento de uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) com sugestão para que o STF fixe percentual máximo de cargos comissionados permitido na administração pública. Usualmente, toma-se como base uma decisão já emitida pelo STF que estabelece o máximo de 50% do total de funcionários de um órgão público que pode ser em cargos de comissão, mas esta não é uma decisão definitiva.

**CONTINUA**

18 ABR 2012

## FOLHA DE LONDRINA

### CONTINUAÇÃO

Em entrevista à imprensa ontem, o presidente da AL, Valdir Rossoni (PSDB), disse que não há irregularidades na lei aprovada em 2010 e justificou que a AL não ocupa todos os cargos disponíveis, exemplificando que a administração já cortou comissionados da administração e das comissões da Casa. A procuradoria-geral da AL deve orientar a mesa executiva quando houver uma notificação oficial sobre o caso.

De acordo com informações da Diretoria de Comunicação da AL, do total de quase 2 mil cargos comissionados existentes, 1,2 mil estão preenchidos. Outros 499 são cargos efetivos. A maior parte de comissionados pertence aos gabinetes; (cada um dos 54 deputados pode nomear de seis a 23 comissionados); 230 comissionados fazem parte da administração da Casa.

# 18 ABR 2012

## FOLHA DE LONDRINA

### INFORME

#### **Alívio**

O procurador da Câmara de Vereadores de Londrina Miguel Ângelo Garcia considerou um "alívio" a decisão do desembargador Luiz Mateus, do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, que, conforme informou ontem a FOLHA, negou o pedido de liminar do Ministério Público (MP) para cortar o número de comissionados (102) da Câmara de Londrina, estabelecendo equilíbrio em relação aos efetivos (56). "Processualmente não fomos intimados, mas tomamos ciência e agora vamos aguardar os trâmites. Lógico que a decisão traz uma segurança jurídica para a Câmara, uma vez que acabou acolhendo os termos da contestação que foi apresentada." A procuradoria continua sustentando que o número de comissionados da Casa é "reduzido" em comparação a outras Câmaras de cidades do mesmo porte que Londrina.

#### **MAZZA**

#### **OAB em ação**

OAB do Paraná, respaldada pelo Conselho Nacional, ingressa com Ação Direta de Inconstitucionalidade no STF contra a lei de 2010 (Nelson Justus) que formalizou 1.704 cargos na Assembleia.

# 18 ABR 2012

## FOLHA DE LONDRINA

### INFORME

#### **Filiações partidárias**

A relação oficial dos filiados a todos os partidos políticos deve ser publicada na próxima segunda-feira pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Anteontem terminou o prazo para envio da relação de filiados pela internet, ao TSE. Aqueles que pretendem concorrer aos cargos de prefeito, vice-prefeito e vereador em outubro devem ter, no mínimo, um ano de filiação partidária. Ontem, a Corregedoria-Geral Eleitoral iniciou o procedimento de identificação das duplicidades de filiação partidária, isto é, daquelas pessoas que estão ligadas a mais de uma legenda, etapa que prossegue até o próximo domingo. Até esta data, quem for identificado como filiado a duas agremiações diferentes serão notificados para informar a qual estão efetivamente associados e comprovar eventual desfiliação que não foi registrada pelo seu antigo partido. Os partidos também são notificados nos casos de dupla filiação.

#### **DORA KRAMER**

#### **Impressões**

Há dúvida no Supremo Tribunal Federal de que o ministro Dias Toffoli, advogado-geral da União no governo Lula, possa vir a se declarar impedido de participar do julgamento do mensalão.

Bem como é corrente no tribunal o raciocínio de que o ministro-revisor do processo, Ricardo Lewandowski, não deve atrasar além do estritamente necessário a liberação de seu relatório.

Dado o risco de prescrição de penas menores caso haja condenação, nem ele nem qualquer um dos ministros gostaria de passar à História como "coveiro" - sim, essa é a expressão usada - do processo.

Lewandowski decidiu sair da presidência do Tribunal Superior Eleitoral para se dedicar à elaboração do relatório que liberará o processo para entrar na pauta e o que se diz entre os ministros é que ele já não está mais propenso a considerar, como anteriormente, o prazo de seis meses para concluir o trabalho.

# FOLHA DE LONDRINA

## Derosso é alvo de terceira ação

18 ABR 2012

**Curitiba** - O vereador e ex-presidente da Câmara Municipal de Curitiba João Cláudio Derosso (PSDB) vai responder a uma terceira ação civil por ato de improbidade administrativa proposta pelo Ministério Público (MP) do Paraná. Desta vez, a ação é sobre as denúncias que vieram a público nos últimos meses de prática de nepotismo, por Derosso empregar parentes na administração pública.

Além de Derosso, vão responder na Justiça a sogra, Noêmia Queiroz Gonçalves dos Santos, e a cunhada do vereador, Renata Queiroz Gonçalves dos Santos. Além do ressarcimento aos cofres públicos pelo dinheiro gasto indevidamente, o MP pede na ação a perda da função pública de Derosso e a suspensão dos direitos políticos por um período de três a cinco anos, tendo como argumento base a súmula vinculante número 13 do Supremo Tribunal Federal (STF), que veda o nepotismo nos três poderes.

Apuração do MP comprova que a sogra de Derosso foi nomeada para o cargo de assistente parlamentar do gabinete da presidência da Câmara, por indicação de Derosso, em maio de 2005, e exonerada em dezembro de 2006. Foi então contratada para o cargo de assistente técnico às comissões, lotada na Diretoria de Apoio às Comissões, em janeiro de 2007, sendo exonerada em dezembro de 2008. Um mês depois, foi nomeada para o mesmo cargo de assistente técnico às comissões e exonerada em setembro de 2010. Já a cunhada de Derosso foi contratada

para o cargo de assistente técnico da presidência em janeiro de 2011 e exonerada em fevereiro do mesmo ano, sendo então contratada para o cargo de consultor, lotada na Consultoria das Comissões, onde ficou até abril de 2011.

Em entrevista à FOLHA, Derosso disse que o MP está querendo "holofotes" e que não existe nepotismo, uma vez que as duas mulheres já foram exoneradas. "Águas passadas não movem moinhos", afirmou. Na visão de Derosso, como as duas não trabalham mais na Câmara, não havia motivo para ingressar com uma ação. "Meus advogados e uma corrente jurídica acham isso", completou o vereador. Em relação às outras duas ações a que ele responde, Derosso disse estar tranquilo. "Vou me defender, acredito em Deus e cabe às pessoas que têm sensibilidade analisar os atos para ver se existem irregularidades", disse ele.

Questionado sobre uma possível reeleição ao cargo, tendo em vista as eleições municipais de outubro, Derosso respondeu que vai depender das pesquisas eleitorais. Sobre a sua situação dentro do PSDB, Derosso disse que ainda não conversou com o presidente estadual em exercício, deputado Valdir Rossoni. "No momento oportuno eu vou conversar", declarou.

# FOLHA DE LONDRINA

## Atendimento a presos doentes

# mentais é 18 ABR 2012

# deficiente no PR

Estado conta com apenas uma unidade para abrigar e tratar internos com transtornos psicológicos

**Londrina** - Presos que têm problemas mentais não recebem tratamento adequado no Paraná. Há pelo menos uma década o número de vagas no sistema médico penal está estagnado. A única instituição especializada em acolher deficientes que cometeram crimes é o Complexo Médico Penal de Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba. A unidade, construída no início da década de 1970, tem 659 vagas para internos (435 homens e 65 mulheres) e 159 para pacientes com doenças como tuberculose e aids.

A exemplo do sistema carcerário que abriga os presos "comuns", o Complexo Médico Penal está superlotado: abriga 717 internos (660 homens e 57 mulheres). "Se tivéssemos mil vagas, todas estariam preenchidas. Fazemos o possível e o impossível para que essas pessoas sejam tratadas imediatamente", afirmou o diretor-geral da instituição, Roberto da Cunha Saraiva.

Sem vagas em instituição adequada, detentos com transtornos mentais ficam sem tratamento adequado e são obrigados a dividir celas presos comuns, que abarrotam as carceragens dos distritos policiais. Exemplos são comuns.

Um caso recente ocorrido em Londrina é um exemplo das consequências da falta de estrutura do Estado. Em março, Carlos Alberto de Lima Junior, de 20 anos, foi libertado depois de ficar cinco meses no 2º Distrito Policial.

A sobrevivência na carceragem, que abrigava à época três vezes mais presos do que a capacidade, foi especialmente difícil para Lima. Ele perdeu parte do controle motor e da fala depois de sofrer um acidente de moto há quatro anos. Desde então, faz tratamento com remédios controlados.

Ele foi parar na prisão em outubro, depois de ter supostamente agredido a própria mãe. E só foi posto em liberdade depois que parentes dele acionaram a Comissão de Direitos Humanos da subseção de Londrina da

Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). "Encontramos ajuda por meio da internet. Ele é muito querido e a gente sabe que num ambiente desses tem gente que poderia abusar dele. Ficamos preocupadas com a integridade dele", comentou a prima do jovem, Isabel Cristina de Lima Brambilla.

"Se a Defensoria Pública já estivesse instalada, isso não teria ocorrido, ele não teria passado cinco meses nessa situação", observou a coordenadora da Comissão de Direitos Humanos da OAB, Caroline Thon.

O caso de Carlos Alberto de Lima Junior, de acordo com a OAB, não é único. O 2º DP abrigou recentemente um esquizofrênico que, segundo a entidade, não recebia os medicamentos que deveriam ser fornecidos pelo Estado. O tratamento só era possível porque familiares dele levavam os remédios até a carceragem. Ele foi transferido no início do mês para o sistema penitenciário.

# FOLHA DE LONDRINA

**Irmão de astro é  
condenado a 5  
anos de prisão**

**18 ABR 2012**

**Porto Alegre** - O empresário Roberto de Assis Moreira, irmão e agente do astro flamenguista Ronaldinho, foi condenado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª região a uma pena de cinco anos e cinco meses de reclusão, em regime semiaberto, por lavagem de dinheiro e manutenção de depósito no exterior não declarado à repartição federal competente.

Ele poderá recorrer em liberdade. A defesa de Assis afirma que irá entrar com um recurso assim que for notificada da decisão. A sentença foi publicada na última quinta-feira pelo juiz federal José Paulo Baltazar Júnior e divulgada ontem.

Segundo a denúncia do Ministério Público Federal (MPF), recebida pela Justiça em abril de 2009, Assis contribuiu para a sonegação de informações ao Banco Central sobre transferências de US\$ 884.496 ao exterior, entre 2003 e 2004. A operação foi realizada junto à casa de câmbio uruguaia Lespan, também conhecida como Casa Gales.

Ainda segundo o MPF, Assis manteve depósitos em uma conta no Banco UBS AG, na Suíça, nos valores de US\$ 125 mil e US\$ 329.964, entre 2002 e 2003, sem declará-los ao BC. Ele teria recebido no Brasil valores depositados na Suíça, à margem da legislação brasileira. O MPF também denunciou o empresário sob acusação de ocultar a origem e propriedade de R\$ 776.480,28.

O juiz absolveu Assis da acusação de ter sonegado informações ao Banco Central, encargo que cabe às instituições financeiras que operam no mercado de câmbio.

Além da pena de reclusão, o empresário também foi condenado a pagar multa de 40 salários mínimos vigentes em maio de 2004 e 15 salários vigentes em dezembro de 2003, período das atividades ilícitas descritas na denúncia.

O advogado do empresário, Sérgio Queiroz, afirmou que ainda não foi notificado da sentença, mas que pretende recorrer. "Os remédios que estiverem à disposição da defesa serão tomados para defender os interesses do cliente", disse Queiroz.

18 ABR 2012

# FOLHA DE LONDRINA

OCTÁVIO CESÁRIO PEREIRA NETO

## Democratas, a força do povo

A propósito do artigo "DEMÓSTENES: a força do povo" (Espaço Aberto, 15/4), a despeito do aspecto histórico nele lançado, importa também lembrar aos senhores leitores que tal qual asseverado pelo articulista, professor Clodomiro José Bannwart Júnior, não apenas o Democratas, se viu desvirtuado pelas idiossincrasias observadas nos partidos políticos pós-Constituição de 1988. Apenas para citar um exemplo, o PT, que surgiu como a redenção do povo, é o maior vetor de corrupção atual. Suas administrações são pontuadas por escândalos escabrosos e não resolvidos. Admite citada sigla, a corrupção, os acordos imorais, como meio de conseguir se manter no poder. Assim tem sido, de um modo geral.

A teoria dos partidos políticos não consegue se manter na prática, eis que provocada por fatores exógenos, se imiscue a corrupção. No interesse de se perpetuarem no poder, esquecem-se das básicas posições pregadas por seus estatutos. Dentre os partidos brasileiros, o Democratas com certeza se mantém fiel a seus estatutos. E mais, quaisquer denúncias são investigadas e tratadas seriamente. O caso do senador Demóstenes é prova disso, assim, como o caso do ex-governador do Distrito Federal José Arruda, ambos citados no mencionado artigo.

Nesse diapasão, o Democratas, independente da sigla usada em sua longa história política, tem mantido um comportamento digno de referências e extremamente contundente contra a corrupção, não endossando o fisiologismo a qualquer custo, prática tão corriqueira atualmente.

Aliás, o posto ocupado pelo Democratas na luta contra a corrupção no Brasil é um comportamento de vanguarda do partido, que, diga-se de passagem, hodiernamente, exerce essa função, na oposição, de uma forma "nunca antes vista na história deste país", sempre pautado pelos princípios éticos e morais, diferentemente ao comportamento do governo lulista. Ponto este, infelizmente, esquecido pelo nobre articulista, que não se atentou ao caráter mutagênico da ética de outros partidos.

Talvez por isso suas atuações incomodem tanto a ponto de merecer um tratamento privilegiado na mídia incendiária que, por vezes, ignora o maior es-

cândalo político brasileiro: o "mensalão". Portanto, é falso o raciocínio que permite extrair a proposição de que o Democratas é um partido desarticulado e frágil, pois trata-se de um partido efetivamente democrático (quicá o único dos "grandes" que pratica a democracia tanto interna como externamente) em que as grandes lideranças não ocupam um espaço maior do que a própria agremiação.

Logo, dizer que o Democratas padece de história contínua e de viva memória é recorrer a lugares-comuns, antiquados e fora da realidade política. Confunde-se, como de hábito, a doença com o doente, ou seja, Demóstenes com Democratas (nesta ordem). Quanto à pecha "Fênix" atribuída ao Democratas, deve-se ter em conta que as agremiações políticas são entidades eminentemente sociais, conseqüentemente, são (deveriam ser) entes dinâmicos; quisera todos os partidos pudessem sustentar orgulhosamente a alcunha de Fênix e estaríamos em um cenário social indubitavelmente melhor e mais avançado.

Contudo, a renovação é algo que incomoda a ala mais retrógrada da política que, acostuada aos antigos e ultrapassados debates sobre "luta de classes", não consegue se adaptar às novas discussões e atores (meio ambiente, tecnologia, etc.), talvez por isso sempre recorra aos lugares-comuns e rótulos antiquados para distorcer o campo da realidade e tornar o que é íntegro e corajoso em fraqueza e apatia.

Enfim, é possível que essa atitude eticamente rigorosa seja aparentemente altruísta e capaz de induzir o partido a mais uma reconstrução, todavia, o que efetivamente importa é que a representação popular seja legítima e séria, e é esse o principal projeto e compromisso do Democratas.

Assim, a ideia de enxovalhar a moral do Democratas, não resiste a uma análise mais séria e apartidária. Trata-se de um partido democrático e com estatutos que são cumpridos. Seus problemas são tratados de acordo com a lei e por isso é uma voz dissonante e forte no Congresso Nacional, em prol dos ideais democráticos.

**O que efetivamente importa é que a representação popular seja legítima e séria, e é esse o principal projeto e compromisso do Democratas**

OCTÁVIO CESÁRIO PEREIRA NETO é presidente do Democratas Londrina

15 ABR 2012

# FOLHA DE LONDRINA

## 'DEMÓSTENES': 'a força do povo'

Clodomiro José Bannwart Júnior

Reza a lenda que Demóstenes, o maior orador da Grécia antiga, alcançou reputada posição depois de vencer a gagueira. Seus discursos visavam proteger Atenas das constantes ameaças de Felipe da Macedônia. Ainda que tenha lutado com as armas da linguagem e, também, com a força física, resultou inglorioso o seu destino e de toda a Grécia. Demóstenes se suicidou e a Grécia caiu sob o domínio macedônio. Os cidadãos gregos foram transformados, sem piedade, em súditos de um império que marcaria o prenúncio da dominação romana. Demóstenes – aquele que representa a força do povo – foi divisor d'água entre o período clássico e o chamado Helenismo. Baluarte da democracia, ele viu a mesma se perder.

O Demóstenes brasileiro guarda semelhanças com o homônimo do passado. O Demóstenes daqui sempre se apresentou na tribuna do Senado como grande orador, dotado de erudição jurídica, voz afiada na denúncia de falcatruas públicas, bastião da moralidade e inaudito defensor das instituições do Estado de direito. Os discursos não se sustentaram diante dos fatos, fazendo despencar o senador, a credibilidade institucional do Senado e o próprio partido. A sua queda marca mais um episódio contraproducente colhido pelos Democratas.

O DEM é o mais mutável dentre os partidos brasileiros. Padece de uma história contínua e de viva memória, cuja posição ideológica busca sempre sepultar no esquecimento. Na sua origem, pós-golpe militar de 1964, constituiu-se como Arena, sustentáculo sem lastro democrático dos militares no poder. Transformou-se em PDS na reta final do regime militar. No processo de redemocratização buscou se recriar como PFL. Tentou sem sucesso a Presidência da República por meio do voto popular, em 1989. Assumiu mais tarde a posição de fiel escudeiro do PSDB, durante os anos do governo FHC. Na oposição do governo petista, manteve continuamente a bateria aquecida com muito barulho e pouca ação. Em 2007, nova mutação genéti-

ca dá luz ao DEM. Por ironia, a sigla "Democratas" expõe como bandeira aquilo que precisamente negaram na origem: a democracia.

O partido, nas suas distintas versões, demonstra debilitada coesão ideológica e a cada novo renascimento assume o ônus de se desvencilhar do passado. A carência de estofo nacional com atores capazes de assegurar legítima representação além dos interesses regionais, sempre foi um problema à sigla. Representou, quase sempre, uma estrutura frágil com dificuldade de traduzir interesses sociais articulados, além de baixíssimo enraizamento social. Porta-se como uma Fênix, sempre apta a renascer das cinzas nos momentos oportunos.

Contudo, o recente histórico dos "Democratas" já registra três baixas significativas. A primeira ocorreu em 2009, com a prisão do então governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, único governador do partido na época. O renovado DEM teve sua imagem arranhada nas eleições de 2010.

Em 2011, o prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, expoente da nova safra de políticos "demos", mostrou novamente o deficit ideológico do partido. Ao deixar a sigla para criar o PSD, levou consigo parte expressiva da vanguarda "democrata", além de velhos caciques cansados com a dura vida de oposicionistas.

Já fragilizado e encolhido no Congresso, o partido é de

novo nocauteado com a perda do senador Demóstenes Torres, um dos mais destacados integrantes de sua bancada, sempre notado pela opinião pública por sua firme postura a favor da ética.

O suicídio político de Demóstenes só abona a ingloriosa sina do DEM. Apesar de não selar definitivamente o destino do partido, deixa-o numa encruzilhada: seguir o curso da tragédia ou ressurgir novamente das cinzas como uma Fênix. Para a última opção é preciso que antes o partido sobreviva às eleições municipais deste ano.

**CLODOMIRO JOSÉ BANNWART JÚNIOR**

é professor de Ética e Filosofia Política na Universidade Estadual de Londrina

**O DEM é o mais mutável dentre os partidos brasileiros. Padece de uma história contínua e de viva memória, cuja posição ideológica busca sempre sepultar no esquecimento**

### CPI DO CACHOEIRA



# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

## Regionais oferecem atendimento jurídico

# 18 ABR 2012

Acontece hoje, na Regional Cajuru, a segunda ação conjunta da Prefeitura de Curitiba e Defensoria Pública do Paraná para atendimento jurídico gratuito a pessoas de baixa renda. O atendimento será feito nas nove regionais da cidade em abril,

maio e junho. A ação começou na Regional Boa Vista, na semana passada, com atendimento de 180 pessoas. Durante o atendimento, é possível receber orientações, fazer acordos ou conciliação nas áreas cível, criminal e família, gratuitamente.

## "Justiça no Bairro" vem a São José dos Pinhais neste sábado



"Nossa expectativa é de atender aproximadamente 10 mil pessoas", destaca a coordenadora do projeto e desembargadora Joeci Machado Camargo

São José dos Pinhais receberá neste sábado (21) o projeto "Justiça no Bairro", criado pelo Tribunal de Justiça do Paraná para facilitar o acesso da população a diversos serviços jurídicos. O evento ocorre no próximo sábado (21) no Parque de São José dos Pinhais, das 9h às 17h.

O Justiça no Bairro prestará atendimento nas áreas de divórcio, pensão alimentícia, guarda e responsabilidade, registro e nascimento, reconhecimento de paternidade e maternidade, reconhecimento de união estável ou dissolução e interdição. Nas ações litigiosas, o projeto contará com o apoio da Faculdade Metropolitana de Curitiba (Famec), atendendo apenas aos residentes de São José dos Pinhais. Nas demais ações, moradores de toda a região poderão ser atendidos.

"Nossa expectativa é de atender aproximadamente 10 mil pessoas", destaca a coordenadora do projeto e desembargadora Joeci Machado Camargo, lembrando que o projeto esteve em São José dos Pinhais em 2007, no Ginásio Ney Braga. Criado

em 2003 com o objetivo de atender a demanda jurídica de pessoas vulneráveis social e economicamente, o projeto "Justiça no Bairro" atende cerca de 90 mil pessoas por ano.

O Justiça no Bairro fará parte da programação da Semana do Exército em São José dos Pinhais, realizado pelo Exército Brasileiro, com apoio da Prefeitura e Força Verde. No sábado, o Exército fará exposição de viaturas e tanques, apresentação da Banda e disponibilizará ao público a Ação Cívica Social (ACISO), que engloba serviço médico e odontológico. E para as crianças será montada uma pista de cordas. "Oferecemos todo apoio necessário para a realização desse evento, pois envolve e atende aos interesses da população", afirma o secretário municipal de Governo, Miguel Gawloski.

**18 ABR 2012**

**TRIBUNA DO PARANÁ**  
**Justiça**

São José dos Pinhais receberá neste sábado o projeto "Justiça no Bairro", criado pelo Tribunal de Justiça para facilitar o acesso da população a diversos serviços jurídicos. O mutirão ocorre no Parque de São José dos Pinhais, das 9h às 17h.

# TRIBUNA DO PARANÁ

Acusação é de nepotismo. MP pede devolução de dinheiro, perda da função pública e suspensão dos direitos políticos

# Mais complicação

18 ABR 2012

**O**utra ação contra o ex-presidente da Câmara de Curitiba, João Cláudio Derosso, foi ajuizada ontem pelo Ministério Público do Paraná. O terceiro processo é movido por prática de nepotismo no Legislativo e o MP-PR pede, além do ressarcimento dos cofres públicos, a perda da função pública e suspensão dos direitos políticos pelo período de três a cinco anos.

O argumento da Promotoria de Proteção ao Patrimônio Público, é que o vereador violou o princípio da impessoalidade, ao contratar a sogra Noêmia Queiroz Gonçalves dos Santos e a cunhada Renata Queiroz Gonçalves dos Santos. Noêmia foi nomeada para o cargo de assistente parlamentar do gabinete da presidência em maio de 2005, e exonerada em dezembro do ano seguinte. Depois foi recontratada para o cargo de assistente técnico às comissões e ficou na Diretoria de Apoio às Comissões entre janeiro de 2007 e dezembro de 2008. Por fim, foi nomeada em janeiro de 2009 para o mesmo cargo de assistente técnico às comissões e exonerada em setembro de 2010. Já a cunhada de Derosso, Renata, foi contratada para o cargo de assistente técnico da presidência em janeiro de 2011 e exonerada no mês seguinte. Depois foi nomeada na Consultoria das Comissões e exonerada em abril de 2011.

## Outras ações

O advogado de Derosso, Antônio Augusto Figueiredo Basto, disse que não havia sido notificado sobre a nova ação. Sobre as demais ações, explicou que apresentou a defesa preliminar da primeira, que trata da contratação da empresa Oficina da Notícia, de propriedade da esposa do ex-presidente da Câmara. Existe outra ação do MP que pede a Derosso, ao vereador Éde Abib e ao servidor João Leal de Matos a devolução de R\$ 2,5 milhões aos cofres públicos pelo pagamento indevido de salários a funcionários fantasmas. "O tumulto processual gerado pelo jogo político tem feito dessa defesa algo difícil, mas não tivemos nenhuma decisão judicial desfavorável até o momento, tanto que não conseguimos bloquear os bens do meu cliente", apontou o advogado.

18 ABR 2012

## JORNAL DO ESTADO

### Fraude

O Tribunal de Justiça acatou denúncia-crime impetrada pelo Ministério Público do Paraná contra o prefeito de Campo Mourão, Nelson Tureck (PSDB); o ex-chefe do Setor de Compras, Carlos Singer e o empresário Darci José Legnani. Os três foram denunciados por fraude na licitação do transporte escolar, realizada em 2005, de modo a favorecer a empresa Embracol, de propriedade de Legnani. Entre as fraudes estaria o direcionamento do edital de licitação. Segundo a denúncia, a Embracol participou da licitação sem nem mesmo possuir ônibus e a maioria dos veículos adquiridos após o processo não preenchiam as exigências constantes no edital. Em razão da manobra considerada ilícita pelo MP, a Embracol recebeu R\$ 7,7 milhões durante os anos de 2006 e 2010.

### Prazo

Termina no dia 30 o prazo para os partidos apresentarem suas prestações de contas relativas ao exercício de 2011 à Justiça Eleitoral, contendo toda a movimentação financeira e patrimonial. A ausência de prestação ou a desaprovação das contas impõe a suspensão, com perda, das cotas do fundo partidário a que a legenda tenha direito.

# JORNAL DO ESTADO

CAJURU

18 ABR 2012

## Regional tem atendimento jurídico

Acontece hoje, na Regional Cajuru, a segunda ação conjunta da Prefeitura de Curitiba e Defensoria Pública do Paraná para atendimento jurídico gratuito a pessoas de baixa renda. O atendimento será feito nas nove regionais da cidade em abril, maio e junho. A ação começou na Regional Boa Vista, na semana passada, com atendimento de 180 pessoas. Durante o atendimento, é possível receber orientações, fazer acordos ou conciliação nas áreas cível, criminal e família, gratuitamente.

O próximo atendimento será no dia 25 de abril, na Re-

gional Santa Felicidade. As ações nas regionais será sempre às quartas-feiras, das 9 às 17 horas, nas Ruas da Cidadania ou em espaço da Prefeitura nos bairros. A doméstica Moema Gonçalves, moradora do bairro Abranches, foi atendida na Regional Boa Vista. Ela disse que a ação da Prefeitura e da Defensoria veio em boa hora. "Fiquei mais calma e segura com o atendimento que recebi", afirmou.

O Conselho Municipal da Condição Feminina também é parceiro na ação. O conselho já promove atividades e even-

tos que levam esclarecimento sobre questões jurídicas às mulheres curitibanas.

Em maio também estão agendados mais ações idênticas. No dia 9 na Rua da Cidadania Fazendinha/Portão. No dia 16 o evento vai para a Rua da Cidadania Boqueirão, próximo à Praça Nossa Senhora do Carmo e o Terminal do Carmo. Já no dia 23 será na Regional CIC e no dia 30 na Rua da Cidadania Bairro Novo. Em junho a ação será desenvolvida no dia 13 na Rua da Cidadania Pinheirinho e no dia 20 na Rua da Cidadania Matriz.

18 ABR 2012

# JORNAL DO ESTADO

## ASSEMBLEIA

### OAB vai ao STF contra "farra dos cargos"

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) aprovou na segunda-feira, por unanimidade de votos, o ajuizamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) para questionar a constitucionalidade da Lei 16.390/10, que criou 1.704 cargos comissionados na Assembleia Legislativa do Paraná. O pedido de proposição de Adin foi feito pela OAB paranaense.

Além de aprovar o ajuizamento da Adin no caso específico do Paraná, a OAB já deixou a diretoria da OAB Nacional autorizada a ajuizar novas ações para cada uma das Seccionais que apresentar ao Conselho Federal a mesma situação. A entidade ainda remeterá a matéria para estudo da Comissão de Estudos Constitucionais da entidade para verificar a possibilidade de ajuizamento de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) com sugestão da entidade para que o STF fixe percentual máximo de cargos comissionados permitido na Administração pública.

A decisão tomada na reunião do Conselho Pleno foi considerada histórica pelo presidente nacional da OAB, Ophir Cavalcante – que conduziu a sessão – para acabar com o que chamou de “farra dos cargos comissionados”. “Deve haver a profissionalização da gestão a partir de uma burocracia estatal que seja selecionada pela via democrática do concurso público”, afirmou Cavalcante.

A ação tem como base na inexistência de proporcionalidade entre o total de cargos efetivos e de cargos comissionados na Assembleia paranaense e por violação ao artigo 37, inciso II da Constituição Federal. Decisões do STF apontadas como jurisprudência no caso apontam que o número de servidores comissionados não pode passar de 50% dos efetivos.

O conselheiro federal da OAB pelo Paraná, Romeu Baccellar, afirmou que a contratação desregrada de servidores comissionados cria um “batalhão de neófitos que nada sabem sobre a função pública”. Já o conselheiro federal René Ariel Dotti, criticou a falta de capacitação técnica que muitos dos comissionados apresentam e o fato desses cargos serem preenchidos, na maioria das vezes, tendo como base o critério do “apadrinhamento político”.

**Teor** — Oficialmente, a direção da Assembleia afirmou ontem que não foi notificada, nem tem conhecimento do teor da ação, portanto, não poderia comentá-la. O presidente da Casa, deputado Valdir Rossoni (PSDB), limitou-se a alegar que não foram preenchidos todos os cargos previstos na lei. “É importante dizer que esta é uma lei aprovada em 2010. Não há nenhuma irregularidade. Nós não estamos ocupando todos estes cargos, prova disso é o caso das comissões, que tinham 12 cargos e estamos usando apenas dois cargos para cada comissão. Nós não estamos utilizando todos os cargos na Administração”, disse.

Segundo a assessoria da Assembleia, o Legislativo estadual possui hoje 260 cargos comissionados e 480 efetivos na administração da Casa. Já nos gabinetes parlamentares e comissões, o número de comissionados chega 944 servidores.

18 ABR 2012

# JORNAL DO ESTADO

# Ministério Público

# aciona Derosso

# POR CONTRATAÇÃO

# DE PARENTES

Promotores pedem também à Justiça a perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos do vereador

O Ministério Público do Paraná ajuizou ontem ação civil por improbidade administrativa contra o ex-presidente da Câmara Municipal de Curitiba, João Cláudio Derosso (PSDB), a sogra dele, Noêmia Queiroz Gonçalves dos Santos, e a cunhada do tucano, Renata Queiroz Gonçalves dos Santos. Na ação, o MP acusa Derosso de desrespeitar a súmula do Supremo Tribunal Federal (STF) que proíbe o nepotismo, contratando ambas para cargos comissionados no Legislativo da Capital. Além da condenação, os promotores pedem à Justiça o ressarcimento dos cofres públicos, a perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos do vereador por um período de três a cinco anos.

Segundo a Promotoria de Proteção ao Patrimônio Público, a sogra de Derosso foi nomeada para o cargo de assistente parlamentar do gabinete da presidência, por indicação dele, em maio de 2005, e exonerada em dezembro de 2006. Na sequência, ela foi então recontratada para o cargo de assistente técnico às comissões, lotada na Diretoria de Apoio às Comissões da Câmara em janeiro de 2007 e exonerada em dezembro de 2008. Por fim, foi nomeada em janeiro

de 2009 para o mesmo cargo de assistente técnico as comissões e exonerada em setembro de 2010. A súmula do STF que proíbe a contratação de parentes para cargos comissionados por autoridades é de 2008.

Já a cunhada de Derosso, Renata Queiroz Gonçalves dos Santos, foi contratada, segundo o MP, para o cargo de assistente técnico da presidência da Câmara em janeiro de 2011 e exonerada em fevereiro de 2011, sendo sucessivamente contratada para o cargo de consultor, lotada na Consultoria das Comissões e exonerada em abril de 2011.

“Fantasmas” — No último dia 10, o MP-PR já havia ingressado com ação contra Derosso, na qual pede a devolução de R\$ 2,5 milhões aos cofres públicos. A promotoria pediu que a Justiça condene o ex-presidente da Câmara, além do ex-vereador, Ehden Abib, e do servidor público, João Leal de Matos, por ato de improbidade administrativa. Pediu também que o Justiça decrete a indisponibilidade de bens dos requeridos e que os obrigue a devolver o dinheiro público gasto indevidamente no pagamento de salários a funcionários “fantasmas” do legislativo municipal.

Derosso renunciou à presidência da Câmara no mês passado, depois de quinze anos no cargo. Ele havia se licenciado em dezembro, depois que o MP entrou com outra ação na Justiça acusando o tucano de irregularidades na contratação de uma empresa de propriedade de sua atual esposa, a jornalista Cláudia Queiroz, para serviços de publicidade da Casa. Na época da licitação, em 2006, ela ocupava cargo comissionado no Legislativo.

18 ABR 2012

METRO

## TJ veta lei do pai-nosso em Ilhéus

O TJ (Tribunal de Justiça) da Bahia suspendeu anteontem uma lei que obriga os estudantes da rede pública de ensino a rezarem o pai-nosso antes das aulas, em Ilhéus, no litoral sul da Bahia.

A lei, aprovada pela Câmara Municipal em dezembro do ano passado, estava em vigor desde o início das aulas, em fevereiro.

De acordo com o Ministério Público, a lei é inconstitucional. Por isso, a Promotoria entrou com a ação na Justiça.

O desembargador Clésio Rosa, responsável pela decisão, afirmou que a imposição desrespeita a Carta Política Estadual e a Constituição da Bahia. A prefeitura e a Câmara ainda podem recorrer. ● METRO

## Pai é preso por espancar filha

Foi preso em flagrante anteontem o pai que espancou a filha de nove anos após ela ter estragado um imã de geladeira, no Mato Grosso do Sul. A madrasta também foi indiciada por lesão corporal dolosa mas responde em liberdade.

De acordo com a Polícia Civil, um vídeo da agressão, gravado pelos vizinhos, chegou à delegacia através da imprensa.

As imagens mostram Alessandro dos Santos Borges, de 29 anos, batendo com um chinelo na cabeça da criança. Por alguns instantes a vítima foi colocada de ponta-cabeça.

Segundo o advogado Ronei Barbosa Souza, o pai está arrependido e reconhece ter agido de forma errada.

Borges já teve passagem

pela polícia acusado de violência doméstica.

Com o pedido de liberdade, a Justiça de Campo Grande deu uma multa de R\$ 2 mil. Sem condições de pagamento, foi solicitada no Tribunal de Justiça da cidade a retirada da fiança.

Ao ouvir a menina, a delegada Regina Márcia Rodrigues afirma que a criança apanhava todos os dias do pai e da madrasta.

Após saber da agressão, a mãe da criança, que não a vê há sete anos, pediu a guarda provisória da filha.

De acordo com dados do Conselho Tutelar em Campo Grande, a avó paterna, com quem a menina está, também entrou com pedido da guarda. A menina foi criada por ela até os sete anos. ● METRO

18 ABR 2012

METRO

# Visita íntima para menores começa a valer

- Jovens terão que provar casamento ou união estável
- Medida não exige autorização de pais ou responsáveis

Adolescentes infratores internados em instituições socioeducativas de todo o país poderão receber visitas íntimas. A medida, garantida por lei promulgada em janeiro pela presidente Dilma Rousseff, começa a valer hoje. O benefício já é permitido em alguns Estados brasileiros; mas ainda não era garantido como direito por lei.

Para receberem a visita íntima, os jovens que cumprem pena terão de comprovar casamento ou união estável.

A medida não prevê a necessidade de autorização dos pais para a liberação dos encontros privados nas unidades. Ela será de responsabilidade do juiz que acompanha o caso.

Em entrevista a Rádio Bandeirantes, o desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, Antonio Carlos Malheiros, disse que a medida é positiva.

“Os adolescentes hoje têm uma vida sexual bastante prematura e acredito que isto possa trazer mais tranquilidade para esses jo-

vens enquanto estiverem no regime de internação.”

Contrário a ideia, o promotor, Tales César de Oliveira, afirma que a iniciativa retira o caráter punitivo da medida aplicada.

“Não é possível tornar uma medida socioeducativa em um verdadeiro ‘playground’ desses adolescentes”, disse.

A lei é a mesma que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, padronizando o atendimento a jovens infratores em todo o país.

# METRO OAB impetra ação contra comissionados da Alep 18 ABR 2012

● STF vai julgar Adin a ser ajuizada pela Ordem dos Advogados do Brasil

A OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) vai ajuizar uma Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade) junto ao Supremo Tribunal Federal para questionar a constitucionalidade da Lei número 16.390/10, do Estado do Paraná, que criou 1.704 cargos comissionados na Assembleia Legislativa. O pedido de Adin foi feito ao conselho federal da Ordem pela OAB paranaense.

A decisão, tomada na segunda-feira, foi considerada histórica pelo presidente nacional da OAB, Ophir Cavalcante, para acabar com o que chamou de "farra dos cargos comissionados".

A Adin vai se basear na falta de proporcionalidade entre o total de cargos efetivos e o de comissionados. A Alep tem apenas 495 servidores efetivos.

A OAB vai alegar também a violação ao artigo 37, inciso II da Constituição Federal, que prevê a exigência de concurso público para a contratação de servidores. A Alep não faz concurso há mais de 10 anos.

● METRO CURITIBA

## Irregularidades

O Conselho Pleno da OAB aprovou o pedido de Adin da OAB-PR.

### Proporcionalidade

A disposição legal é de que o número de servidores comissionados não seja maior que o de estáveis

### Lei de 2010

A lei 16.390/10 criou 1.704 cargos comissionados. Os estáveis são 495

### Concurso Público

A Adin da OAB vai incluir também a denúncia de desrespeito ao artigo 37 da Constituição Federal, que exige concurso público

### Capacitação técnica

Os conselheiros citaram também a falta de capacitação técnica dos servidores comissionados

**495** servidores estáveis trabalham na Assembleia Legislativa do Paraná. O último concurso foi feito há mais de 10 anos.

## Rossoni fala em regularizar

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Valdir Rossoni (PSDB), disse ontem que a lei aprovada em 2010 não tem qualquer irregularidade. Ele explicou que a Assembleia não está ocupando todos os cargos criados por aquela lei.

"Nas comissões, há 12 cargos criados para cada uma. Estamos usando dois", disse. Mas ele prometeu que depois do julgamento da Adin poderá pensar em apresentar nova lei, "enxuti-nha", para regularizar a situação. ● METRO CURITIBA

# METRO

## Derosso é denunciado por nepotismo

18 ABR 2012

O Ministério Público do Paraná ajuizou ontem ação civil por ato de improbidade administrativa contra o ex-presidente da Câmara de Curitiba, João Cláudio Derosso (PSDB), a sogra dele, Noêmia Queiroz Gonçalves dos Santos, e a cunhada do vereador, Renata Queiroz Gonçalves dos Santos. A acusação é de prática de nepotismo. O MP pede, além do ressarcimento aos cofres públicos, a perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos por um período de três a cinco anos.

A Promotoria argumenta que o princípio da impessoalidade foi violado porque as duas foram contratadas após a edição da súmula vinculante número 13, de 2008, que veda o nepotismo nos três poderes.

Segundo a Promotoria de Proteção ao Patrimônio Público, Noêmia Queiroz Gonçalves dos Santos foi nomeada para o cargo de assistente parlamentar do gabinete da presidência em maio de 2005, e exonerada em dezembro de 2006. Foi então recontratada para o cargo de assistente técnico às comissões em janeiro de 2007 e exonerada em dezembro de 2008. Foi nomeada em janeiro de 2009 para o mesmo cargo de assistente técnico às comissões e exonerada em setembro de 2010.

Renata Queiroz Gonçalves dos Santos foi contratada para o cargo de assistente técnico da presidência em janeiro de 2011 e exonerada em fevereiro de 2011, sendo sucessivamente contratada para o cargo de consultor, lotada na Consultoria das Comissões e exonerada em abril de 2011.

Ao **Metro**, o vereador Derosso disse que o Ministério Público está equivocado. Segundo ele, Noêmia Queiroz Gonçalves está fora da Câmara há quase três anos. Já Renata Queiroz Gonçalves teria ficado apenas três meses na Câmara e saído já há um ano do cargo. ● METRO CURITIBA

17 ABR 2012

FOLHA DE S. PAULO

# Mensalão precisa ser julgado logo, diz Peluso

**Prestes a deixar a presidência do STF, ministro afirma que 'a opinião pública' exige que esse caso seja esclarecido**

**Peluso reclama da falta de ministros na decisão de questões cruciais, mas afirma que nunca pressionou presidentes**

Prestes a deixar a presidência do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, o ministro Cezar Peluso, 69, diz que o caso do mensalão precisa ser julgado rapidamente por três razões: para não interferir nas eleições, não correr risco de prescrição e porque "a opinião pública pressiona muito".

Ele disse que, se fosse o ministro Ricardo Lewandowski, revisor da ação, "procuraria ser o mais expedito possível para me livrar desse constrangimento".

**Folha - Na presidência, o sr. teve de lidar com a ausência de ministros. Isso atrapalhou?**

**Cezar Peluso** - De algum modo sim, porque a gente em alguns casos muito sensíveis sempre tinha o temor do eventual empate em uma situação que demandasse outro tipo de solução: um impasse que, se resolve de um jeito é ruim, se resolve de outro é ruim também.

**O STF não tem como pressionar a presidente a nomear...**

Claro. Fica completamente embaraçado. Jamais fiz qualquer gesto, disse palavra alguma que pudesse significar tentativa de induzir a presidente a apressar a nomeação. Seria uma indelicadeza.

**Neste ano, dois ministros deixam o tribunal. O sr. e Ayres Britto. Seria recomendável mais rapidez nas indicações?**

Eu acho, como mera opinião, sem que seja uma crítica, que o Supremo ganharia muito se as nomeações fossem mais rápidas. Não apenas o Supremo ganharia, mas a sociedade. Porque o STF vai se defrontar com a mesma situação que eu me defrontei.

**Já na presidência do CNJ, o sr. enfrentou uma crise com a corregedora, Eliana Calmon. Como avalia esse episódio?**

Acho que, na medida em que aumenta a distância histórica, as coisas vão ficando mais claras, e vai permitindo que a gente tenha um julgamento mais sereno e isento. Tenho consciência de que não concorri em nada para agravar as consequências políticas da crise. Agora, há outros fatos fora do meu controle que acabaram por agravar a crise. Deformaram-se muitos fatos, sem nenhum resultado de caráter prático.

**Ficou afetada sua relação com a ministra Eliana Calmon?**

Não. Nunca tive intimidade com ela. Continuo não tendo e sempre dediquei a ela, como dedicaria a qualquer outro, o máximo respeito.

**Mas o sr. ficou muito incomodado com a expressão "bandidos de toga". O sr. ainda acredita que ela errou?**

Foi uma expressão hiperbólica. A generalização sem resposta podia significar assentimento à ideia de que a magistratura toda estava contaminada e passível de certo juízo público de não credibilidade. Era meu dever

tomar alguma atitude.

**O sr. quer participar do julgamento do mensalão?**

Nem gostaria nem desgostaria. Se estiver aqui, participarei, se não, não lamentarei.

**Já começou a pensar no voto? Mais do que pensar.**

**Pessoas próximas aos réus estão torcendo para que o sr. se aposente antes do julgamento, pois seria um voto pela condenação. Como vê isso?**

Ao contrário, acho que minha imagem em questões penais é de um juiz garantista, um juiz liberal. Não sei de onde eles tiraram essa presunção de que sou muito rígido.

**O sr. avalia que o julgamento tem que acontecer logo?**

Sim. Primeiro, por um motivo político. Estamos em ano eleitoral e não convém que esse julgamento seja próximo das eleições para não interferir no curso da campanha. Também é preciso prevenir o risco de eventual prescrição. Além disso, a opinião pública pressiona muito. É uma demanda de uma boa parcela da sociedade que esse caso seja esclarecido mais rápido.

**Então convém ao ministro Lewandowski liberar o voto o mais rápido possível?**

Não sei o que convém e o que não convém a ele. Se fosse comigo, procuraria ser o mais expedito possível para me livrar desse constrangimento.

**É consenso entre os ministros de que precisa ser logo agora o julgamento?**

Sem dúvida. Estão todos de acordo com isso.

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

### CRONOLOGIA DE PELUSO

17 ABR 2012

#### **ABR.2010**

Diz defender redução de férias de juízes, de 60 para 30 dias. A proposta não chegou a ser feita

#### **MAL.2010**

Durante sessão no CNJ, pergunta a conselheiro se ele o considera um "imbecil"

#### **SET.2010**

Durante discussão da validade da Ficha Limpa para as eleições daquele ano, Peluso decide não usar voto de minerva depois que o caso termina empatado em 5 a 5

#### **JUN.2011**

Vota a favor da liberação da marcha da maconha

#### **SET.2011**

Abre crise ao dizer que declaração da corregedora do CNJ, Eliana Calmon, de que existem "bandidos de toga" foi "acusação leviãna"

#### **DEZ.2011**

Dá voto de minerva quando o STF determinou posse do senador Jader Barbalho (PMDB-PA)

#### **FEV.2012**

Contra voto de Peluso, Supremo decide que CNJ tem poder originário para investigar juízes

#### **ABR.2012**

No CNJ, Peluso lança sistema de busca de informações judiciais e extra-judiciais e chama novo programa de "Google do Judiciário"

# FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

## VOZ DISSONANTE

17 ABR 2012

Mais divergências no STF (Supremo Tribunal Federal) em relação ao mensalão: o ministro Marco Aurélio Mello diz que é “terminantemente contra” a convocação da corte em julho apenas para apressar o andamento do processo, como defendem alguns de seus colegas. “Entre as coisas extravagantes que tenho visto, esta é a maior de todas”, diz ele.

### **CRAVO**

Mello diz que o mensalão “é um processo como outros 700 que temos que apreciar. Por que pinçar este para julgar a toque de caixa?”. Ele diz que o STF não deve “ceder à turba, que quer justicamento, e muito menos à pressão política”, que tenta adiar o julgamento.

### **FERRADURA**

Neste sentido, ele refuta os argumentos que atrasariam o caso. Entre eles, o de que o mensalão não deve ser julgado no segundo semestre, no meio das eleições. “E eu com isso? Não estamos engajados em política partidária.” O fato de que o STF terá apenas dez ministros, já que Cezar Peluso vai se aposentar, também não seria impedimento. “Em caso de empate, o voto do presidente conta duas vezes.”

### **NERVOS**

O clima é tão tenso no STF que há dias dois ministros, Ricardo Lewandowski e Gilmar Mendes, também se desentenderam na frente de outros colegas sobre o tema.

## PAINEL

**Visita à Folha** Carlos Ayres Britto, próximo presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), visitou ontem a **Folha**, onde foi recebido em almoço. Estava acompanhado de Silvana de Freitas, assessora de imprensa, e Antonio Caddah, assessor de segurança.

17 ABR 2012

## FOLHA DE S. PAULO

# Corregedora do CNJ defende afastamento de desembargadores

### Eles fariam parte de esquema de desvio de recursos de precatórios

A corregedora do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), Eliana Calmon, defendeu ontem o afastamento de dois desembargadores do Rio Grande do Norte apontados como integrantes de um suposto esquema de desvio de recursos de precatórios no Estado.

Em depoimento à Justiça, a ex-chefe da divisão responsável pelos pagamentos, Carla Leal, disse que, durante cinco anos, entregou dinheiro de fraudes a Osvaldo Cruz e Rafael Godeiro, ex-presidentes do TJ-RN. Eles negam.

O Tribunal de Contas do Estado identificou irregularidades e desvios que ultrapassaram R\$ 11 milhões.

Para Calmon, o afastamento é necessário diante da "exposição" do Judiciário e para "preservar" os investigados.

Ela disse que os indícios de fraudes já constatados permitem que o CNJ pule etapas do processo de investigação.

O pedido será enviado ao plenário do CNJ, quando será discutida a abertura de processo disciplinar. Eles também são investigados pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça) na esfera criminal.

Segundo o TJ-RN, Cruz está em licença médica, e Godeiro, em férias.

# FOLHA DE S. PAULO

## Comissão quer reforçar lei seca com Código Penal

17 ABR 2012

Proposta é de 'tolerância zero' para álcool ao volante

A comissão de juristas que analisa a reforma do Código Penal no Senado aprovou ontem proposta para punir o motorista que tenha consumido qualquer quantidade de álcool antes de dirigir.

A sugestão, que ainda precisará passar pelo crivo dos parlamentares do Congresso, acaba com a necessidade de provar o índice mínimo de álcool no sangue (seis decigramas por litro) previsto na lei seca, o que hoje só é possível por meio do bafômetro e do exame de sangue. Pela proposta, seriam admitidos todos os meios de prova existentes, o que inclui testemunho e exame clínico.

Atualmente, a pena para quem dirige embriagado vai de seis meses a um ano. De acordo com o texto da comissão, será punido com 1 a 3 anos de prisão quem for pego dirigindo alcoolizado.

Além da pena por dirigir embriagado, o acusado seria punido também por outros crimes que tiver cometido, como lesão corporal e homicídio, por exemplo.

A mudança é semelhante ao projeto aprovado na semana passada pela Câmara. A diferença é que, para os deputados, o índice de seis decigramas de álcool por litro continua valendo no caso da

contraprova —o motorista pode pedir o teste do bafômetro e o exame de sangue para demonstrar que não bebeu ou que a concentração alcoólica era inferior ao máximo.

Na proposta aprovada ontem, o bafômetro ou exame de sangue podem ser usados para contraprova, mas apenas se demonstrarem que o motorista não ingeriu álcool.

O relator da comissão, o procurador Luiz Carlos Gonçalves, afirmou que o texto facilita a punição ao motorista embriagado. Hoje, o acusado pode se recusar a fazer o teste, o que impede que ele seja punido criminalmente.

As sugestões devem ser entregues para votação em maio.

# CONJUR

## *Inquérito impede aprovação em concurso público*

17 ABR 2012

Por Rogério Barbosa

Para que um candidato seja reprovado em concurso público, não é necessário o julgamento definitivo em um processo judicial. Basta apenas a existência de inquérito policial. Com este entendimento, o Tribunal de Justiça de São Paulo negou o recurso de um homem que pretendia revogar sua reprovação em concurso para um cargo na Secretaria da Administração Penitenciária (SAP).

O candidato relatou que, durante a fase de investigação social do concurso, apresentou todos os documentos que comprovam a ausência de antecedentes criminais. É que, no entanto, ele mesmo prestou informações com relação a existência de ocorrências policiais. Como a SAP não informou o motivo de sua reprovação, o candidato pleiteou sua aprovação sob o argumento de que “a inabilitação não pode subsistir em face da ausência de condenação pelo Poder Judiciário, sendo assegurada a presunção de inocência nos termos do inciso LVII do artigo 5º da Constituição Federal”.

Ao manter a reprovação do candidato, o relator do caso, desembargador José Maria Câmara Junior, afirmou que “certamente a acessibilidade aos cargos públicos deve estar condicionada ao preenchimento de requisitos previstos em lei, competindo à administração disciplinar as exigências que se adaptam ao cargo se considerada a capacidade física, moral, técnica, científica e profissional do candidato, resguardado o seu critério de conveniência. Bem por isso, não é correto admitir que o registro de envolvimento do candidato em inquéritos policiais, sem condenação pelo Judiciário após a persecução penal, não seja suficiente para a inabilitação, especialmente se o concurso tem por objeto o cargo de agente de escolta e vigilância penitenciária.”

O relator destacou que a Lei Complementar 898/2001 fez constar como etapa eliminatória do concurso de ingresso no cargo de agente de escolta e vigilância penitenciária a efetiva comprovação de idoneidade e conduta ilibada na vida pública e na vida privada. “A razoabilidade que deve nortear o enfoque da matéria pela administração deve considerar os registros e ocorrências policiais, o que qualifica a conveniência da inabilitação, sem qualquer violação de garantia constitucional. Nesse sentido, correto o raciocínio desenvolvido pela ilustre magistrada [que proferiu a decisão de primeiro grau]”, concluiu.

# CONJUR

***Comissão do CP quer prisão para motoristas bêbados***

**17 ABR 2012**

A comissão de juristas que estuda um novo Código Penal quer inverter a função do bafômetro. Em decisão do final de março, o Superior Tribunal de Justiça decidiu que apenas o uso do aparelho ou o exame de sangue podem provar embriaguez ao volante. O entendimento desagradou parlamentares, que querem tornar a lei mais rigorosa. Além disso, a proposta quer punir o condutor com pena de até três anos de prisão. As informações são do portal *Terra*.

No Senado, a comissão de juristas sugeriu que, no caso do bafômetro, o condutor tenha o direito de assoprar no aparelho para provar que está sóbrio. Como se sabe, a legislação brasileira prevê que um suspeito não pode produzir provas contra si mesmo. É por isso que o exame de sangue ou do etilômetro não são obrigatórios.

Além da inversão do teste, o anteprojeto amplia as provas que atestam embriaguez ao volante, podendo ser constatada, segundo o texto, "mediante obtenção a qualquer prova em direito admitida", como um exame clínico ou o testemunho de particulares, de agentes de trânsito e da própria vítima.

O texto também quer acabar com a necessidade de provar os 6 dg/l de álcool no sangue. Nesse caso, o condutor que não fizer o teste será considerado embriagado. O bafômetro se tornará um instrumento de defesa do motorista, ou seja, um direito para comprovar sobriedade. As sugestões serão entregues para votação ao Senado no final do mês de maio.